

*h. hel
X R*

Município de Albufeira

Documentos de Prestação de Contas 2015

Relatório de Gestão
(Doc. n.º 28)



Índice

01	Introdução
	Linhos de orientação e síntese da atividade desenvolvida
10	Execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia – processo orçamental
10	modificações ao orçamento inicial
11	execução orçamental
12	resumo das receitas e despesas 2015
14	Receita
	orçamentação inicial, final e execução
	análise comparativa 2014-2015
19	Despesa
	orçamentação inicial, final e execução
	análise comparativa 2014-2015
24	evolução da receita e da despesa 2011-2015
26	orçamento de despesas de capital
	estrutura dos investimentos realizados e dos bens do domínio público – ótica orçamental
	GOP, PPI e AMR – orçamentação inicial e final
	GOP, PPI e AMR – análise comparativa 2014/2015
41	Transferências e subsídios obtidos
43	Evolução da situação económica e financeira
	principais indicadores
	Balanço e Demonstração de Resultados
45	Evolução do endividamento
48	Indicadores de gestão
	rácios de natureza orçamental
	rácios económico-financeiros
54	Proposta de aplicação de resultados
54	Declaracões a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação em vigor

Introdução

Linhas de orientação e síntese da atividade desenvolvida

Nos termos da lei, elaborou o Município de Albufeira os documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2015, instrumentos que permitem a percepção do desempenho da sua atividade.

Estes documentos demonstram que o difícil contexto financeiro e económico que caracterizou as últimas eras, com os demais constrangimentos, não teve a mesma expressão em 2015, tendo sido perceptível um acentuado melhoramento das condições nesse ano, mercê dos esforços alcançados ao nível da rigorosa e criteriosa gestão municipal seguida nos últimos anos, acompanhado de uma melhoria significativa da receita.

De facto, os últimos anos permitiram que se verificasse:

- uma notável recuperação económica, com as contas do município a apresentarem boa saúde financeira;
- uma retoma do investimento no Concelho, principiando por incidir em beneficiações em acessibilidades, em equipamentos e em infraestruturas diversas.

Não obstante o desagravamento sentido, o cenário macroeconómico no ano de 2015 ainda se caracterizava por incertezas e constrangimentos económicos e financeiros, pelo que a atitude de prudência, que tem sido o apanágio da gestão pública deste município, determinou a prossecução no alcance de objetivos profícuos, tais como:

- otimização dos recursos disponíveis;
- consolidação das finanças municipais;
- desenvolvimento sustentável.

Tendo por base estas premissas, procurou-se primar sempre pela ótica da análise custo/benefício e da criação de valor daí resultante.

De seguida, passa-se a uma breve descrição das ações desenvolvidas pelo Município de Albufeira no exercício de 2015, no que concerne à venda de bens e serviços correntes (água), à modernização

administrativa, aos recursos humanos, à comunicação, imagem e desenvolvimento sociocultural, ao investimento e desenvolvimento e ao financiamento.

Venda de bens e serviços correntes - Água

Apresenta-se um quadro resumo com os montantes cobrados (receita cobrada líquida) através das faturas da água nos anos 2014 e 2015:

Designação	2014	2015
Água	8.808.489,97	10.159.034,35
Saneamento	4.989.989,84	5.679.790,93
<u>Resíduos Sólidos</u>	<u>4.804.744,07</u>	<u>5.416.127,23</u>
Total	18.603.223,88	21.254.952,51

Da análise ao quadro acima, constata-se que houve lugar a um acréscimo do montante da receita cobrada (líquida) de água de 2014 para 2015, em cerca de 2,65 milhões de euros.

Modernização Administrativa

No âmbito do processo de modernização administrativa a decorrer na autarquia, é de ressaltar a modernização ocorrida no atendimento geral, a qual passou pela reconversão e reabilitação do espaço físico que lhe estava afeto, resultando num espaço mais amplo, com serviços concentrados, conferindo-se aos municípios um atendimento de maior qualidade e rapidez, melhorando a eficiência e a eficácia dos procedimentos internos.

Destaca-se, igualmente, no âmbito da organização dos serviços municipais, o facto de se terem iniciado ou reiniciado, consoante os casos, as diligências tendentes à operacionalização de procedimentos intrínsecos a esses serviços por forma a que se colmatassem algumas deficiências ao nível do comportamento organizacional e se uniformizassem processos de acordo com as imposições legais estabelecidas para as autarquias.

É o caso da implementação do Sistema de Gestão de Faturação, e da atualização das aplicações existentes, cuja execução veio promover uma ruptura com procedimentos antigos, interligando as várias aplicações informáticas inerentes e concertando procedimentos oriundos de diversos serviços.

Pese embora tenham advindo dificuldades resultantes desta inovação, já que a integração de todos os sistemas e circuitos implica uma enorme complexidade nos trabalhos a levar a cabo, os progressos e os resultados de tal implementação ficaram patentes em 2015.

É também digno de nota que, não obstante os esforços perpetrados em anos anteriores pelo Município de Albufeira, na tentativa de almejar uma sólida implementação do Sistema de Contabilidade de Custos, foi no ano de 2015 que os trabalhos preparatórios se reiniciaram propiciando o arranque efetivo da operacionalização desta contabilidade.

As diligências tomadas implicaram uma alteração de estruturas e de regras, passando pela harmonização dos diversos intervenientes no processo, bem como das várias aplicações informáticas, de forma a criar uma base de trabalho transversal de recolha e tratamento de informação.

Ressalte-se que, dado o ano de 2015 se assumir como o ano de arranque do Sistema de Contabilidade de Custos, e por isso ter caráter embrionário, a expressão deste sistema nesse ano é ainda diminuta, tendo sido, no entanto, crucial no lançamento das bases para o seu pleno desenvolvimento.

Similarmente, foi no decurso do ano de 2015 que se reiniciou a alteração ao Sistema de Controlo Interno vigente, o qual, embora cumprindo o estatuído no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, não contemplava todas as exigências que são atualmente acometidas a um município que se insere na esfera da moderna gestão pública e dos demais requisitos legais.

Neste respeito, embora em 2015 as alterações ao Sistema de Controlo Interno já se encontrassem numa fase bastante avançada, com a entrada em vigor do Sistema de Contabilidade de Custos, a par da atualização e revisão dos regulamentos municipais, verificou-se um acréscimo de situações que tinham de ser ajustadas e revistas em conformidade com os novos contornos que se estabeleciam, tendo tornado o processo mais moroso do que o previsto, pelo que se perspetiva a sua conclusão no ano de 2016.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2015 o Município de Albufeira detinha, em efetivo exercício de funções (pessoal ao serviço), 1090 trabalhadores.

No âmbito dos presentes instrumentos de mobilidade destaca-se a existência das seguintes situações / trabalhadores envolvidos:

- ✓ Mobilidade interna na categoria em outros órgãos – 2 trabalhadores;
- ✓ Mobilidade interna na categoria provindos de outros órgãos – 2 trabalhadores;
- ✓ Licenças sem vencimento – 4 trabalhadores;
- ✓ Mobilidade interna intercarreiras – 14 trabalhadores.

É ainda de realçar que, durante o ano de 2015, aposentaram-se 17 trabalhadores detentores das seguintes carreiras:

Assistente Técnico – 2

Assistente Operacional – 15.

Comunicação, Imagem e Desenvolvimento Sociocultural

As apostas tomadas em 2015, mediante a realização de ações significativas, quer para a população quer para os visitantes, surtiram o efeito e o êxito pretendidos, tendo sempre em foco a observância do princípio da prudência.

Como tal, diversas iniciativas de caráter sociocultural e de âmbito regional, nacional e internacional foram levadas a cabo no ano de 2015.

A tónica destes eventos centrou-se novamente na promoção do turismo, na valorização de artistas do Concelho, e na instrução dos munícipes e visitantes em diversas temáticas e problemáticas pertinentes aos dias atuais.

K
MP
3

➤ Atividades Culturais

Realça-se aqui a realização do Festival de Artes Infantil e Juvenil de Albufeira, iniciativa que visa incentivar crianças e jovens para a prática de atividades artísticas, bem como promover a descoberta de novos talentos nas modalidades de música, canto, dança, ilusionismo e artes circenses.

Destaca-se, também, o trabalho desenvolvido na Biblioteca Municipal Lídia Jorge na realização da oficina de teatro “MyCena”, conferindo uma primeira abordagem ao teatro ao público infanto-juvenil, promovendo desta forma o interesse e o desenvolvimento de crianças nesta área.

➤ Relações Públicas e Turismo

Ao nível da promoção turística, à semelhança de anos anteriores, o Município fez-se representar na mais importante mostra turística do país, a “Bolsa de Turismo de Lisboa”.

Diligenciou-se, também, no âmbito de eventos organizados pela AGE - Gabinete de Empreendedorismo de Albufeira, a realização:

- do “IV Age Albufeira – Soluções de Emprego e Empreendedorismo”, que teve por objetivo promover a empregabilidade, a criação do próprio emprego, a divulgação de oferta formativa e o empreendedorismo, sendo considerada uma das mais importantes iniciativas deste âmbito realizadas no sul do País, tendo reunido no mesmo espaço 28 entidades e acolhido quase 500 participantes, o que superou todas as expectativas; e
- do “OPTO.eu - III Fórum de Educação e Formação do Algarve”, iniciativa que registou um acréscimo em termos de adesão, com visita de cerca 2500 pessoas, reunindo meia centena de expositores de norte a sul do país e contando com um vasto programa de conferências, workshops e animação.

No que concerne à animação turística e à animação da época balnear, foram concretizados os seguintes eventos:

- Festival Al-buhera, que contou com diversos espetáculos de artistas, bem como com a realização de uma Feira de Artesanato, aspectos que, a par da oferta gastronómica, agradaram tanto a residentes como a visitantes;
- Comemorações do Dia do Município, com a realização de diversas iniciativas, culminando com o concerto na Praça dos Pescadores a cargo da fadista Gisela João, bem como com um espetáculo de fogo de artifício;
- Festas do Pescador, evento com enorme adesão, onde o espírito de vila piscatória de outrora é revivido, com dezenas de associações locais a apresentarem pratos típicos e doçaria da região, tendo a atuação do cantor Bonga abrillantado a ocasião;
- Albufeira Fim de Ano 2015'16, cuja realização ocorreu em parceria com a APAL - Agência de Promoção de Albufeira, e que contou com a atuação, em concerto, do cantor Anselmo Ralph, bem como com a realização da tradicional sessão de fogo de artifício na Praia dos Pescadores, evento com enorme sucesso e que atraiu público dos mais variados domínios e idades;
- Ainda no seguimento do cartaz de fim de ano, houve lugar a eventos que viram um crescimento ao nível de assistência, como o “Star Parade”, o qual se consubstanciou num desfile de artistas circenses, o “Paderne Medieval”, evento de cariz histórica com a recriação da época medieval na freguesia de Paderne, e o “SOLRIR”, um festival de humor em que figuraram alguns dos melhores humoristas nacionais.

➤ Atividades Desportivas

A nível desportivo destacam-se os vários eventos que se distinguiram por dotar este Concelho de atividades sublimes, a saber:

- a) “Gala do Desporto de Albufeira”, que homenageou cerca de 260 atletas com feitos notórios ao nível do desporto nacional, bem como distinguiu por mérito outros agentes desportivos;
- b) “Volta ao Algarve em Ciclismo” Pelotão Pro Tour – Internacional, prova que contou com a presença de equipas de ciclismo do World Tour, entre outras;

- X 3
- c) "Cross Internacional das Amendoeiras em Flôr", em associação com a Associação de Atletismo do Algarve, decorrida na Pista Internacional de Atletismo das Açoteias, tendo a presença de 300 atletas e uma assistência de cerca de 2000 pessoas;
 - d) "Festa Nacional do Basquetebol Juvenil", maior evento do desporto juvenil nacional a decorrer no município, que teve lugar no Pavilhão Municipal de Albufeira e acolheu cerca de 1300 participantes entre atletas dos escalões de sub 14 e sub 16 masculinos e femininos;
 - e) "Campeonato Concelhio de Futebol Infantil – Golfinhos", com a participação de 220 atletas que integram as escolas de futebol do concelho;
 - f) "Festival de Natação – EAA", decorrido nas instalações das Piscinas Municipais Albufeira;
 - g) "Caminhada do Pai Natal", albergando cerca de 500 participantes;
 - h) "TIFAA - Torneio Internacional de Futebol Adaptado de Albufeira", em parceria com a APEXA - Associação de Apoio à Pessoa Excepcional do Algarve, que teve como objetivo promover modalidades desportivas para pessoas com e sem deficiência;
 - i) Férias da Páscoa, Férias de Verão e Férias Natal Juventude, com diversas iniciativas levadas a cabo pelo GAJ – Gabinete de Apoio à Juventude.

➤ Atividades na Educação

No decurso do ano de 2015, o Projeto "Educação no Verão" traduziu-se novamente numa resposta eficaz no que diz respeito ao acolhimento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, promovendo uma ocupação de cariz lúdico-pedagógico durante o período de pausa letiva de verão, através da realização de campos de férias.

Igualmente, o Projeto "Sonhos de Verão", cuja ação foi dirigida a alunos a frequentar os jardins de infância, propiciou a realização de atividades em campos de férias, tendo tido boa receção.

Outros eventos de relevo e de grande aceitação foram "O Dia Mundial da Criança", o qual se assinalou como dia de atividades diversas dirigidas a todas as crianças, culminando com a entrega do livro dos

bebés “O Sonho de Mariana”, e o Projeto “Cresce em Segurança”, com a efetivação de iniciativas em todos os jardins de infância.

O projeto pedagógico “Hortas Escolares”, proposto às escolas, tem vindo a dar excelentes resultados no que diz respeito à participação de professores e alunos.

➤ Atividades Sociais

Na senda do que tem sido habitual, após comprovação das necessidades prementes ao nível da habitação/residência de residentes no município, no ano de 2015 foi dada primazia às atribuições do subsídio de arrendamento a famílias carenciadas.

Da mesma forma, foram atribuídas bolsas de estudo a estudantes do Concelho que fundamentadamente delas necessitavam, aliviando assim os encargos das famílias respeitantes à educação.

Outros dinamismos de relevância a nível social foram o Dia da Espiga e o II Certame Sénior, atividades estas dirigidas aos mais idosos, dinamizadas pelo Clube Avô.

Investimento e Desenvolvimento

No decorrer do exercício de 2015, a autarquia investiu um total de € 3.590.109,06.

Este investimento traduziu-se fortemente na execução de diversas obras de pavimentação e reparação, tendentes a suprir carências ao nível de infraestruturas rodoviárias que se encontravam em elevado estado de degradação, fruto de anos transatos caracterizados pelo fraco investimento nessa área, em consequência das dificuldades financeiras que se fizeram sentir.

Paralelamente, na sequência da severa intempérie que se abateu sob o Concelho, a 1 de novembro de 2015, provocando danos diversos em infraestruturas e equipamentos públicos, foram ainda efetuadas empreitadas no âmbito da beneficiação de ruas, estradas e caminhos, no sentido da reposição de estragos decorrentes da referida adversidade, nomeadamente:

- Requalificação da Avenida da Liberdade;
- Reposição de pavimentos danificados a poente da Avenida 25 de Abril;
- Reposição de pavimentos danificados a nascente do Largo Eng.^o Duarte Pacheco.

O montante referenciado é, por isso, reflexo das opções de gestão tomadas, tendo em conta as contingências verificados nesse ano, com particularidades anómalas, onde houve necessidade de se colmatar situações fortuitas, restaurando a normalidade e o bem-estar geral, quer de residentes quer de visitantes.

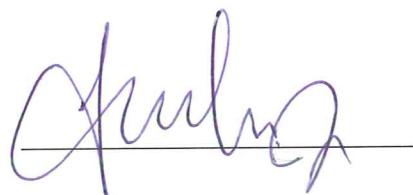
De seguida apresentam-se vários documentos técnicos que permitem uma perspetiva global explicativa da execução orçamental comparativamente à orçamentação inicial e final, incluindo a execução das Grandes Opções do Plano, uma análise comparativa 2014/2015, apresentando-se ainda um resumo das transferências por fontes de financiamento e destinos, da evolução do endividamento, alguns indicadores de gestão – rácios de natureza orçamental e rácios económico-financeiros, terminando o presente relatório de gestão com a apresentação da proposta de aplicação dos resultados do exercício.

Albufeira, 30 de março de 2016

A Câmara Municipal



Faustino Silveira



José Tadeu

Silva Bruto

Execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia - processo orçamental

Modificações ao orçamento inicial

Foram efetuadas 29 alterações e 4 revisões ao Orçamento e 23 alterações e 4 revisões às Grandes Opções do Plano.

A análise às alterações orçamentais segundo a classificação orgânica, permitiu observar que as unidades orgânicas que tiveram maior impacto foram as denominadas Câmara Municipal, Divisão de Acessibilidades Viárias, Energia e Gestão de Frotas, Operações Financeiras e a Divisão de Águas e Saneamento.

A análise segundo a classificação económica permitiu inferir que, quando se compara a orçamentação inicial com a final, no âmbito das despesas correntes, o desvio mais significativo verificou-se ao nível das outras despesas correntes e que no âmbito das despesas de capital foi ao nível do equipamento básico.

No que respeita à análise segundo a classificação funcional, conclui-se que a orçamentação inicial das Funções Sociais (Saneamento) apresentou o reforço mais significativo ao longo das modificações orçamentais efetuadas no ano 2015.

Execução Orçamental

Princípios orçamentais

Na elaboração e execução do orçamento do ano de 2015 foram cumpridos todos os princípios e regras orçamentais: independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação.

Designação	2015
Saldo da gerência anterior	12.772.942,29
Receita cobrada na gerência	<u>87.696.137,57</u>
Receita total	100.469.079,86
Despesa efectuada na gerência	<u>59.662.599,56</u>
Saldo para o ano seguinte	40.806.480,30

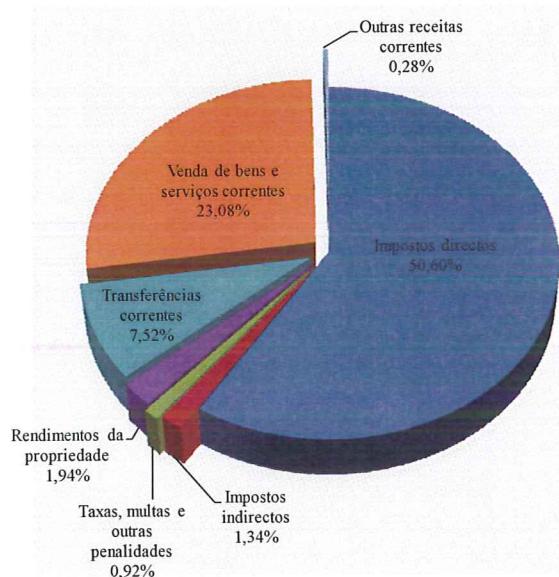
Resumo dos Fluxos de Caixa

Recebimentos		Pagamentos
Saldo da gerência anterior	13.878.421,32	Total das Despesas Orçamentais 59.662.599,56
Execução Orçamental	12.772.942,29	Despesas Correntes 49.153.157,52
Operações de Tesouraria	1.105.479,03	Despesas de Capital 10.509.442,04
Total das Receitas Orçamentais	87.696.137,57	Operações de Tesouraria 3.864.478,35
Receitas Correntes	86.083.977,17	
Receitas de Capital	1.588.422,51	
Outras Receitas	23.737,89	Saldo para a gerência seguinte 42.008.612,91
Operações de Tesouraria	3.961.131,93	Execução Orçamental 40.806.480,30
Total	105.535.690,82	Operações de Tesouraria 1.202.132,61
		Total 105.535.690,82

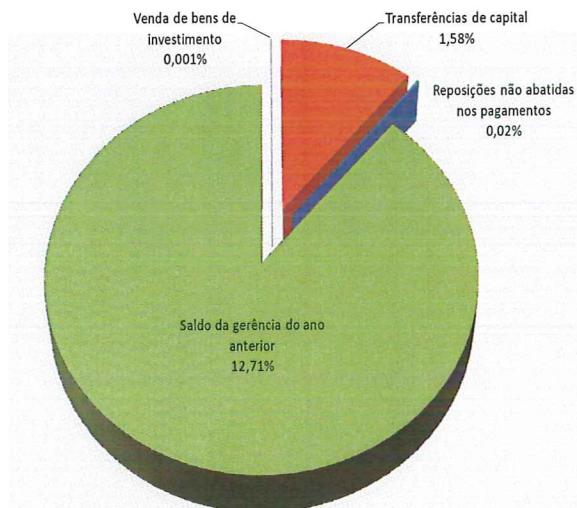
RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS 2015

RECEITAS	VALOR	%	DESPESAS	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:					
01 - Impostos diretos	50.841.796,24	50,60%	01 - Despesas com o pessoal	19.859.464,00	33,29%
Imposto municipal sobre imóveis	30.494.180,96	30,35%	02 - Aquisição de bens e serviços	23.415.486,54	39,25%
Imposto único de circulação	1.302.929,39	1,30%	03 - Juros e outros encargos	268.713,83	0,45%
Imposto municipal trans. onerosas de imóveis	18.031.412,38	17,95%	04 - Transferências correntes	2.365.303,17	3,96%
Derrama	1.010.770,67	1,01%	Administração local	537.202,01	0,90%
Impostos abolidos	2.502,84		Instituições sem fins lucrativos	1.430.437,19	2,40%
02 - Impostos indiretos	1.342.769,77	1,34%	Famílias	397.663,97	0,67%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	924.487,80	0,92%			
05 - Rendimentos da propriedade	1.946.342,84	1,94%			
06 - Transferências correntes	7.555.508,77	7,52%	06 - Outras despesas correntes	3.244.189,98	5,44%
07 - Venda de bens e serviços correntes	23.188.546,01	23,08%			
08 - Outras receitas correntes	284.525,74	0,29%			
Total das receitas correntes	86.083.977,17	85,68%	Total das despesas correntes	49.153.157,52	82,39%
RECEITAS DE CAPITAL:					
09 - Venda de bens de investimento	798,10	0,001%	07 - Aquisição de bens de capital	3.593.335,31	6,02%
10 - Transferências de capital	1.587.624,41	1,58%	Investimentos	3.590.109,06	6,02%
Estado	1.144.320,00	1,14%	Terrenos	9.517,06	0,02%
Estado-Particip. Comunitária projet co- financiados	443.304,41	0,44%	Habitações	252.478,85	0,42%
			Edifícios	226.989,16	0,38%
			Construções diversas	1518.723,40	2,55%
			Material de transporte	6.129,34	0,01%
			Equipamento de informática	331.555,02	0,56%
			Software informático	90.403,50	0,15%
			Equipamento Administrativo	67.637,81	0,11%
			Equipamento básico	838.818,31	1,41%
			Ferramentas e utensílios	14.619,28	0,03%
			Investimentos incorpóreos	149.271,53	0,25%
			Outros investimentos	83.965,80	0,14%
			Bens de domínio público	3.226,25	0,01%
			08 - Transferências de capital	35.000,00	0,06%
			09 - Ativos financeiros	393.156,00	0,66%
			10 - Passivos financeiros	6.487.950,73	10,87%
Total das receitas de capital	1.588.422,51	1,58%	Total das despesas de capital	10.509.442,04	17,61%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	23.737,89	0,02%			
Total de Reposições Não Abatidas	23.737,89	0,02%			
Total das Receitas Orçamentais	87.696.137,57	87,29%			
16 - Saldo da gerência anterior	12.772.942,29	12,71%			
Total Saldo de Gerência Anterior	12.772.942,29	12,71%			
Total Geral das Receitas	100.469.079,86	100,00%	Total Geral das Despesas	59.662.599,56	100,00%

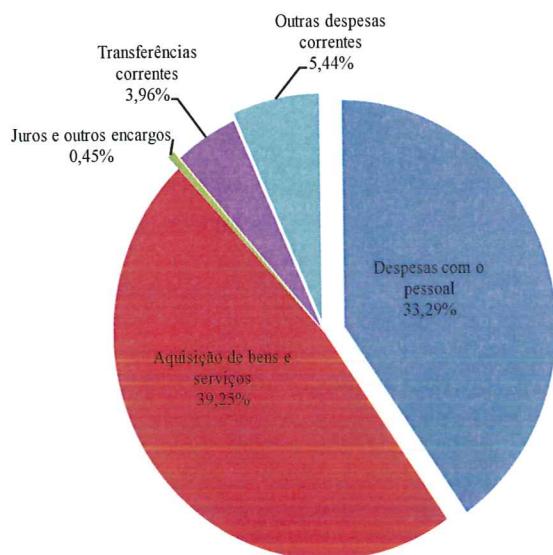
Receitas correntes



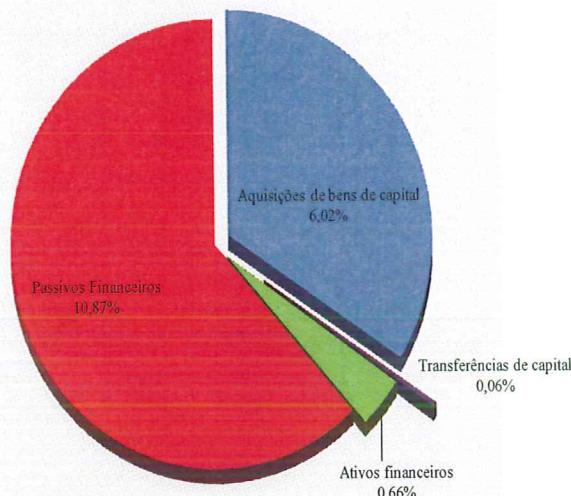
Receitas de capital / Outras receitas



Despesas correntes



Despesas de capital



JL
D
R

Receita

Orçamentação inicial, final e execução

Quadro resumo dos desvios da receita cobrada em relação à orçamentação inicial e final

	Verba orçada inicialmente (a)	Verba orçada final (b)	Verba cobrada (c)	Desvio		% Inicial Final	
				Inicial (d)=(c)-(a)	Final (e)=(c)-(b)	(f)=(d)/(a)	(g)=(e)/(b)
Receitas correntes	70.296.156,00	70.477.014,00	86.083.977,17	15.787.821,17	15.606.963,17	22,46%	22,14%
Receitas de capital	1.713.661,00	1.532.803,00	1.588.422,51	-125.238,49	55.619,51	-7,31%	3,63%
Reposições não abatidas nos pagamentos	15.000,00	15.000,00	23.737,89	8.737,89	8.737,89	58,25%	58,25%
Receitas orçamentais	72.024.817,00	72.024.817,00	87.696.137,57	15.671.320,57	15.671.320,57	21,76%	21,76%
Saldo de gerência anterior		12.772.942,29	12.772.942,29	12.772.942,29			
Total das receitas	72.024.817,00	84.797.759,29	100.469.079,86	28.444.262,86	15.671.320,57	39,49%	18,48%

	Receita orçada final	Receita cobrada líquida	Grau de execução %
Total das receitas 2013	95.626.178,40	82.868.064,84	86,658
Total das receitas 2014	83.605.594,32	89.718.260,13	107,311
Total das receitas 2015	84.797.759,29	99.806.715,59	117,700

Importa referir que o grau de execução da Receita, no ano de 2015, foi de 117,700%, tendo como referência a Verba Cobrada Líquida (Verba cobrada deduzida dos reembolsos e restituições emitidos e pagos), no valor de € 99.806.715,59 relativamente à orçamentação final, no montante de € 84.797.759,29.

Desvios da receita cobrada em relação à receita orçamentada final

(Euros)

Rubricas Cód.	Designação	Orçamentação final (1)	Cobrança (2)	Desvio Valor (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Receitas correntes					
01	Impostos diretos	36.119.941,00	50.841.796,24	14.721.855,24	40,76%
	Imposto municipal sobre imóveis	25.832.504,00	30.494.180,96	4.661.676,96	18,05%
	Imposto único de circulação	1.409.690,00	1.302.929,39	-106.760,61	-7,57%
	Imposto municipal sobre transm. onerosas de imóveis	7.604.210,00	18.031.412,38	10.427.202,38	137,12%
	Derrama	1.020.212,00	1.010.770,67	-9.441,33	-0,93%
	Impostos abolidos				
	Contribuição autárquica	31.195,00	1.362,99	-29.832,01	-95,63%
	Imposto municipal de sisa	222.130,00	1.139,85	-220.990,15	-99,49%
02	Impostos indiretos	1.480.525,00	1.342.769,77	-137.755,23	-9,30%
04	Taxas multas e outras penalidades	949.042,00	924.487,80	-24.554,20	-2,59%
05	Rendimentos da propriedade	2.149.580,00	1.946.342,84	-203.237,16	-9,45%
06	Transferências correntes	7.765.966,00	7.555.508,77	-210.457,23	-2,71%
	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	24.799,00		-24.799,00	-100,00%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.716.479,00	1.687.871,00	-28.608,00	-1,67%
	Fundo Social Municipal	1.048.243,00	1.048.243,00		
	Participação variável no IRS	1.393.730,00	1.393.730,00		
	Outras	3.578.449,00	3.297.296,60	-281.152,40	-7,86%
	Estado-Particip. comunit. projetos co-financiados	3.266,00	115.960,60	112.694,60	3450,54%
	Serv. e Fund. Autón. - Sub. Prot. à Família e Políticas	1.000,00	12.407,57	11.407,57	1140,76%
	Ativas de Emprego e Formação Profissional				
07	Venda de bens e serviços correntes	21.855.884,00	23.188.546,01	1.332.662,01	6,10%
08	Outras receitas correntes	156.076,00	284.525,74	128.449,74	82,30%
	Total das receitas correntes	70.477.014,00	86.083.977,17	15.606.963,17	22,14%
Receitas de capital					
09	Venda de bens de investimento	27.203,00	798,10	-26.404,90	-97,07%
10	Transferências de capital	1.455.600,00	1.587.624,41	132.024,41	9,07%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.144.320,00	1.144.320,00		
	Estado-Particip. comunit. projetos co-financiados	311.280,00	443.304,41	132.024,41	42,41%
13	Outras receitas de capital	50.000,00		-50.000,00	-100,00%
	Total das receitas de capital	1.532.803,00	1.588.422,51	55.619,51	3,63%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	15.000,00	23.737,89	8.737,89	58,25%
	Total de reposições não abatidas	15.000,00	23.737,89	8.737,89	58,25%
	Total das receitas orçamentais	72.024.817,00	87.696.137,57	15.671.320,57	21,76%
16	Saldo da gerência anterior	12.772.942,29	12.772.942,29		
	Total saldo de gerência anterior	12.772.942,29	12.772.942,29		
	Total geral das receitas	84.797.759,29	100.469.079,86	15.671.320,57	18,48%

O valor total da receita cobrada em 2015 foi superior ao valor previsto em cerca de 18,48%, sendo de 22,14% nas receitas correntes e de 3,63% nas receitas de capital.

Receitas correntes

As receitas correntes que mais contribuíram para o desvio positivo foram: o Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (€ 10.427.202,38) (137,12%), o Imposto Municipal Sobre Imóveis (€ 4.661.676,96) (18,05%) e ainda a Venda de bens e serviços correntes (€ 1.332.662,01) (6,10%).

Apresentaram desvios negativos as Transferências Correntes (- € 210.457,23) (- 2,71%), os Rendimentos da Propriedade (- € 203.237,16) (- 9,45%), e os Impostos indiretos (- € 137.755,53) (- 9,30%).

Receitas de capital

As receitas de capital que apresentaram desvio negativo foram as Outras Receitas de Capital (- € 50.000,00) (- 100,00%) e a Venda de Bens de Investimento (- € 26.404,90) (- 97,07%).

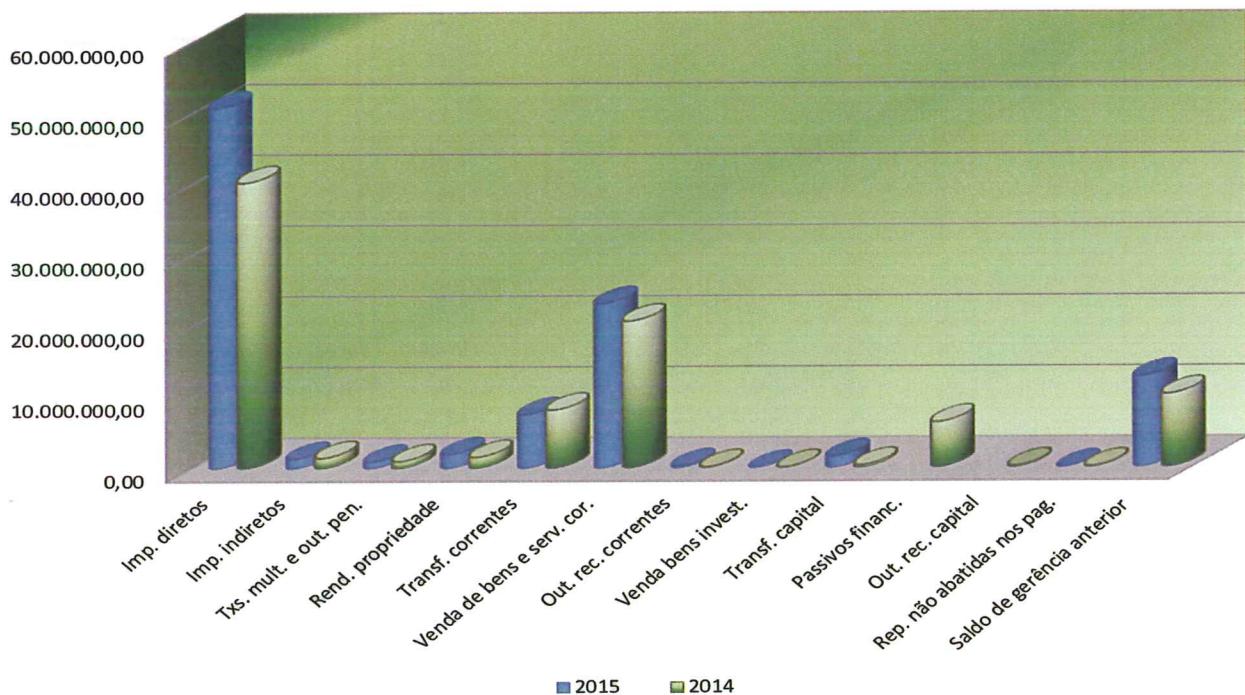
Apresentaram desvio positivo as Transferências de Capital (€ 132.024,41) (9,07%) e as Reposições Não Abatidas nos Pagamentos (€ 8.737,89) (58,25%).

Análise Comparativa Receita 2014/2015

(Euros)

Rubricas Cód.	Designação	2014 (1)	2015 (2)	Desvio Valor (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Receitas correntes					
01	Impostos diretos	40.270.668,30	50.841.796,24	10.571.127,94	26,25%
	Imposto municipal sobre imóveis	28.297.760,18	30.494.180,96	2.196.420,78	7,76%
	Imposto único de circulação	1.385.054,88	1.302.929,39	-82.125,49	-5,93%
	Imposto municipal sobre transm. onerosas de imóveis	9.359.290,67	18.031.412,38	8.672.121,71	92,66%
	Derrama	918.058,76	1.010.770,67	92.711,91	10,10%
	Impostos abolidos				
	Contribuição autárquica	35.782,58	1.362,99	-34.419,59	-96,19%
	Imposto municipal de sisa	274.721,23	1.139,85	-273.581,38	-99,59%
02	Impostos indiretos	1.438.288,77	1.342.769,77	-95.519,00	-6,64%
04	Taxas multas e outras penalidades	962.305,01	924.487,80	-37.817,21	-3,93%
05	Rendimentos da propriedade	1.540.803,81	1.946.342,84	405.539,03	26,32%
06	Transferências correntes	8.182.383,71	7.555.508,77	-626.874,94	-7,66%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.126.515,00	1.687.871,00	-1.438.644,00	-46,01%
	Fundo Social Municipal	704.509,00	1.048.243,00	343.734,00	48,79%
	Participação variável no IRS	1.202.587,00	1.393.730,00	191.143,00	15,89%
	Outras	3.118.260,57	3.297.296,60	179.036,03	5,74%
	Estado-Particip. comunit. projetos co-financiados	17.230,08	115.960,60	98.730,52	573,01%
	Serv.e Fund.Autón. - Sub.Prot. à Família e Políticas	13.282,06	12.407,57	-874,49	-6,58%
	Ativas de Emprego e Formação Profissional				
07	Venda de bens e serviços correntes	20.694.923,22	23.188.546,01	2.493.622,79	12,05%
08	Outras receitas correntes	127.177,54	284.525,74	157.348,20	123,72%
Total das receitas correntes		73.216.550,36	86.083.977,17	12.867.426,81	17,57%
Receitas de capital					
09	Venda de bens de investimento	70.777,78	798,10	-69.979,68	-98,87%
10	Transferência de capital	344.089,42	1.587.624,41	1.243.534,99	361,40%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	331.294,00	1.144.320,00	813.026,00	245,41%
	Estado-Particip. comunit. projetos co-financiados	12.795,42	443.304,41	430.508,99	3364,56%
12	Passivos financeiros	6.388.833,97		-6.388.833,97	-100,00%
	Empréstimos a médio e longo prazos	6.388.833,97		-6.388.833,97	-100,00%
13	Outras receitas de capital	184.700,85		-184.700,85	-100,00%
Total das receitas de capital		6.988.402,02	1.588.422,51	-5.399.979,51	-77,27%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	113.339,91	23.737,89	-89.602,02	-79,06%
Total de reposições não abatidas		113.339,91	23.737,89	-89.602,02	-79,06%
Total das receitas orçamentais					
		80.318.292,29	87.696.137,57	7.377.845,28	9,19%
16	Saldo da gerência anterior	10.288.733,32	12.772.942,29	2.484.208,97	24,14%
Total saldo de gerência anterior		10.288.733,32	12.772.942,29	2.484.208,97	24,14%
Total geral das receitas		90.607.025,61	100.469.079,86	9.862.054,25	10,88%

Análise comparativa da receita 2014/2015



O valor global da Receita de 2015 foi superior em cerca de 10,88% relativamente a 2014, sendo o desvio positivo em 17,57% nas Receitas Correntes e negativo em -77,27% nas Receitas de Capital.

No âmbito das Receitas Correntes foram os Impostos diretos com 26,25% (€ 10.571.127,94), a Venda de bens e serviços correntes com 12,05% (€ 2.493.622,79) e os Rendimentos da propriedade com 26,32% (€ 405.539,03) que mais contribuíram para o desvio positivo de 2014 para 2015.

O desvio negativo nas Receitas de Capital (- € 5.399.979,51) (- 77,27%) em relação ao ano de 2014 deve-se essencialmente ao desvio significativo verificado na rubrica Passivos Financeiros (- € 6.388.833,97) (- 100,00%) por no ano de 2014 se encontrar em período de utilização o empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), cujo contrato de empréstimo foi assinado em 24/06/2013, correspondendo o valor recebido em 2014, de € 6.388.833,97, às segunda e terceira tranches do PAEL.

DESPESA

Orçamentação inicial, final e execução

Quadro resumo dos desvios da despesa paga em relação à orçamentação inicial e final

							(Euros)
	Verba orçada inicialmente	Verba orçada final	Pagamento	Desvio Início	Desvio Final	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c)-(a)	(e)=(c)-(b)	(f)=(d)/(a)	(g)=(e)/(b)
Despesas correntes	61.057.541,00	65.508.592,29	49.153.157,52	-11.904.383,48	-16.355.434,77	-19,50%	-24,97%
Despesas de capital	10.967.276,00	19.289.167,00	10.509.442,04	-457.833,96	-8.779.724,96	-4,17%	-45,52%
Total das despesas	72.024.817,00	84.797.759,29	59.662.599,56	-12.362.217,44	-25.135.159,73	-17,16%	-29,64%

As Despesas Correntes pagas correspondem, no que respeita à verba orçada final, a - 24,97% do Total da Despesa e as Despesas de Capital a - 45,52% da mesma.

O valor global da despesa efetuada durante o ano de 2015 foi inferior ao valor orçamentado inicialmente e à orçamentação final em cerca de - 17,16% e - 29,64%, respetivamente.

	Despesa orçada final	Despesa paga	Grau de execução %
Total das despesas 2013	95.626.178,40	73.586.868,49	76,953
Total das despesas 2014	83.605.594,32	77.834.083,32	93,097
Total das despesas 2015	84.797.759,29	59.662.599,56	70,359

Importa referir que o grau de execução da Despesa, no ano de 2015, foi de 70,359%, tendo como referência a Verba Paga, no valor de € 59.662.599,56, relativamente à verba orçada final, no montante de € 84.797.759,29.

Desvios dos valores realizados em relação à orçamentação inicial

(Euros)

Código	Designação	Orçamentação	Pagamento	Desvio orçamentado inicial	
		inicial		Valor	%
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)		
Despesas correntes					
01	Despesas com o Pessoal	22.991.786,00	19.859.464,00	-3.132.322,00	-13,62%
02	Aquisição de bens e serviços	30.694.667,00	23.415.486,54	-7.279.180,46	-23,71%
02.01	Aquisição de bens	9.436.652,00	7.055.061,58	-2.381.590,42	-25,24%
02.02	Aquisição de serviços	21.258.015,00	16.360.424,96	-4.897.590,04	-23,04%
03	Juros e outros encargos	1.138.222,00	268.713,83	-869.508,17	-76,39%
04	Transferências correntes	2.671.816,00	2.365.303,17	-306.512,83	-11,47%
06	Outras despesas correntes	3.561.050,00	3.244.189,98	-316.860,02	-8,90%
Total das despesas correntes		61.057.541,00	49.153.157,52	-11.904.383,48	-19,50%
Despesas de capital					
07	Aquisição de bens de capital	3.119.235,00	3.593.335,31	474.100,31	15,20%
08	Transferência de capital	35.000,00	35.000,00		
09	Ativos financeiros	393.156,00	393.156,00		
10	Passivos financeiros	7.419.885,00	6.487.950,73	-931.934,27	-12,56%
Total das despesas de capital		10.967.276,00	10.509.442,04	-457.833,96	-4,17%
Total da Despesa		72.024.817,00	59.662.599,56	-12.362.217,44	-17,16%

No que diz respeito às Despesas Correntes, apresentam desvios negativos mais significativos a Aquisição de serviços (- € 4.897.590,04) (- 23,04%), seguindo-se as Despesas com o pessoal (- € 3.132.322,00) (- 13,62%) e a Aquisição de bens (- € 2.381.590,42) (- 25,24%).

Em relação às Despesas de Capital a rubrica que contribuiu para o desvio negativo foi a dos Passivos Financeiros (- € 931.934,27) (- 12,56%).

Desvios dos valores realizados em relação à orçamentação final

Código	Designação	Orçamentação	Pagamento	Desvio orçamentado final	
		final (1)		Valor (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Despesas correntes					
01	Despesas com o Pessoal	20.712.050,00	19.859.464,00	-852.586,00	-4,12%
02	Aquisição de bens e serviços	34.077.973,29	23.415.486,54	-10.662.486,75	-31,29%
02.01	Aquisição de bens	10.139.109,29	7.055.061,58	-3.084.047,71	-30,42%
02.02	Aquisição de serviços	23.938.864,00	16.360.424,96	-7.578.439,04	-31,66%
03	Juros e outros encargos	1.138.222,00	268.713,83	-869.508,17	-76,39%
04	Transferências correntes	3.567.296,00	2.365.303,17	-1.201.992,83	-33,69%
06	Outras despesas correntes	6.013.051,00	3.244.189,98	-2.768.861,02	-46,05%
Total das despesas correntes		65.508.592,29	49.153.157,52	-16.355.434,77	-24,97%
Despesas de capital					
07	Aquisição de bens de capital	9.643.806,00	3.593.335,31	-6.050.470,69	-62,74%
08	Transferência de capital	35.000,00	35.000,00		
09	Ativos financeiros	393.156,00	393.156,00		
10	Passivos financeiros	9.217.205,00	6.487.950,73	-2.729.254,27	-29,61%
Total das despesas de capital		19.289.167,00	10.509.442,04	-8.779.724,96	-45,52%
Total da Despesa		84.797.759,29	59.662.599,56	-25.135.159,73	-29,64%

As rubricas que apresentaram os maiores desvios negativos, em relação à orçamentação final, foram a Aquisição de serviços com - € 7.578.439,04 (- 31,66%), a Aquisição de bens com - € 3.084.047,71 (- 30,42%) e as Outras despesas correntes com - € 2.768.861,02 (- 46,05%), no âmbito das despesas correntes, e a Aquisição de bens de capital com - € 6.050.470,69 (- 62,74%), no âmbito das despesas de capital.

Classificação Orgânica	Assembleia Municipal	Câmara Municipal	Operações Financeiras	Departamento de Gestão e Urbanística	Departamento de Planeamento e Gestão	Departamento de Infraestruturas e Serviços Urbanos	Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural	Jurídica e Contencioso	Divisão de Policia Municipal e Vigilância	Gabinete de Reabilitação Urbana	Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Relações Internacionais	Total
Classificação Económica												
DESPESAS CORRENTES												
Despesas com o pessoal	12.222,69	1.398.518,66		2.386.209,20	1.950.600,29	4.181.547,04	8.844.773,43	247.809,81	448.815,22	119.493,36	269.474,30	19.859.464,00
Aquisição de bens e serviços												
Aquisição de bens	109.372,51		119.595,72	20.586,06	6.000.146,52	713.945,48			1.415,29		7.055.061,58	
Aquisição de serviços	2.717,78	1.845.754,40	364.946,20	191.538,61	12.804.072,64		1.061.025,27		1.455,02		28.915,04	16.360.424,96
Juros e outros encargos	57.500,69		211.213,14								268.713,83	
Transferências correntes	1.356.328,61		88.351,37	1.352,07			1.008.974,56				2.365.303,17	
Outras despesas correntes	2.936.417,11				32.426,57	185.609,54		33,32			3.244.189,98	
Total das despesas correntes.....	14.940,47	7.703.891,98	299.564,51	2.872.103,19	2.162.724,96	23.168.192,77	11.814.328,28	247.843,13	451.685,53	119.493,36	298.389,34	49.153.157,52
DESPESAS DE CAPITAL												
Aquisição de bens de capital												
Investimentos												
Terrenos	250.000,00						10.646,88	102.570,11			9.517,06	
Habitações		113.772,17					1.463.696,06	55.027,34			252.478,85	
Edifícios							6.129,34				226.989,16	
Construções diversas											1.518.723,40	
Material de transporte											6.129,34	
Equipamento de informática											331.555,02	
Software informático	64.982,76						90.403,50				90.403,50	
Equipamento administrativo	167.374,41						15.766,03				67.637,81	
Equipamento básico	14.619,28										83.818,31	
Ferramentas e utensílios											14.619,28	
Artigos e objectos de valor											149.271,53	
Investimentos incorpóreos											83.965,80	
Outros investimentos											3.226,25	
Bens de domínio público											35.000,00	
Transferências de capital											393.156,00	
Ativos financeiros												
Passivos financeiros												
Empréstimos a médio e longo prazos											6.487.950,73	
Outras despesas de capital												
Total das despesas de capital.....	649.970,22	6.881.106,73	566.153,49	3.226,25	2.177.293,10	231.692,25					10.509.442,04	
Total geral	14.940,47	8.353.862,20	7.180.671,24	3.438.256,68	2.165.951,21	25.345.485,87	12.046.024,53	247.843,13	451.685,53	119.493,36	298.389,34	59.662.599,56

Análise comparativa da despesa 2014/2015

Código	Designação	2014	2015	Desvio	
		(1)	(2)	Valor (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)
Despesas correntes					
01	Despesas com o Pessoal	20.124.777,60	19.859.464,00	-265.313,60	-1,32%
02	Aquisição de bens e serviços	28.316.960,80	23.415.486,54	-4.901.474,26	-17,31%
02.01	Aquisição de bens	9.767.267,15	7.055.061,58	-2.712.205,57	-27,77%
02.02	Aquisição de serviços	18.549.693,65	16.360.424,96	-2.189.268,69	-11,80%
03	Juros e outros encargos	5.103.990,94	268.713,83	-4.835.277,11	-94,74%
04	Transferências correntes	1.862.258,82	2.365.303,17	503.044,35	27,01%
06	Outras despesas correntes	1.313.850,53	3.244.189,98	1.930.339,45	146,92%
Total das despesas correntes		56.721.838,69	49.153.157,52	-7.568.681,17	-13,34%
Despesas de capital					
07	Aquisição de bens de capital	1.956.193,76	3.593.335,31	1.637.141,55	83,69%
08	Transferência de capital		35.000,00	35.000,00	
09	Ativos financeiros		393.156,00	393.156,00	
10	Passivos financeiros	19.156.050,87	6.487.950,73	-12.668.100,14	-66,13%
Total das despesas de capital		21.112.244,63	10.509.442,04	-10.602.802,59	-50,22%
Total da Despesa		77.834.083,32	59.662.599,56	-18.171.483,76	-23,35%

O valor da despesa em 2015 foi inferior em cerca de - 23,35% em relação à despesa de 2014, sendo a variação de - 13,34% nas Despesas Correntes e de - 50,22% nas Despesas de Capital.

As rubricas de Despesas Correntes que registaram maior diminuição em relação ao ano de 2014 foram os Juros e outros encargos, com um desvio de - € 4.835.277,11, a Aquisição de bens, com um desvio em relação ao ano anterior de - € 2.712.205,57, e a Aquisição de serviços, com um desvio de - € 2.189.268,69.

Relativamente às Despesas de Capital, a rubrica que contribuiu para o desvio negativo foi a rubrica Passivos financeiros com - € 12.668.100,14, resultante do pagamento do PAEL em 2014.

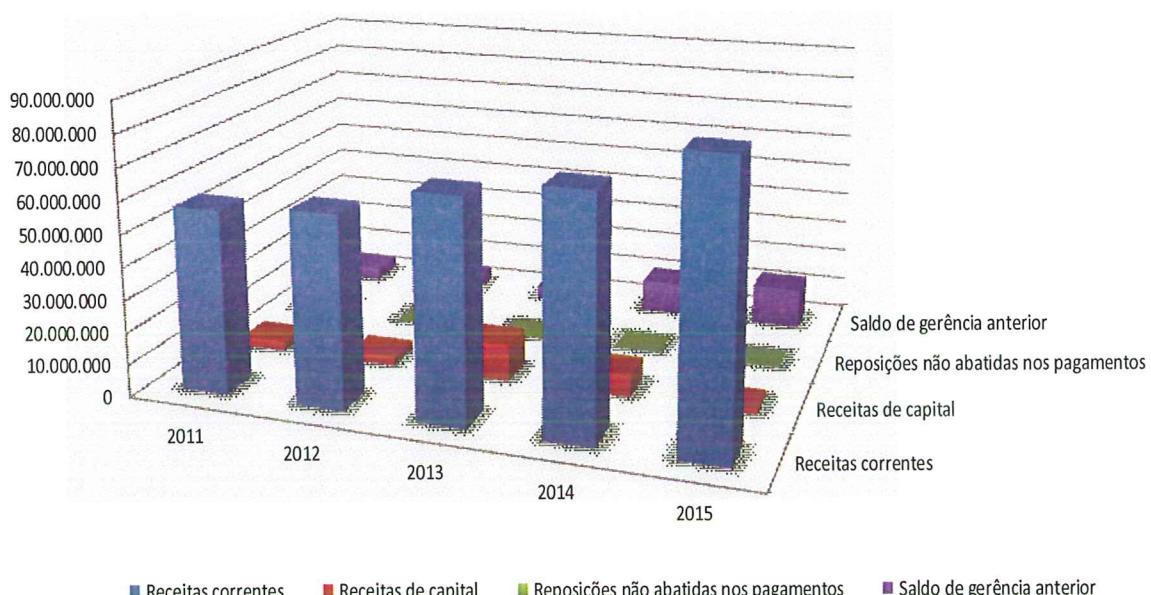
Evolução da receita e da despesa

Evolução da receita 2011 – 2015 (resumo)

Apresenta-se, seguidamente, um quadro das receitas cobradas no período 2011 a 2015, de onde se pode verificar que, em termos totais, tem ocorrido um acréscimo das receitas no período em apreço.

Designação	2011		2012		2013		2014		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas correntes	56.725.621,15	88,67	59.294.153,91	89,58	68.230.303,18	81,35	73.216.550,36	80,81	86.083.977,17	85,68
Receitas de capital	3.073.983,26	4,80	2.857.270,97	4,32	11.514.592,09	13,73	6.988.402,02	7,71	1.588.422,51	1,58
Repositões não abatidas nos pagamentos	156.248,10	0,24	31.385,69	0,05	13.346,48	0,02	113.339,91	0,13	23.737,89	0,02
Receitas orçamentais	59.955.852,51	93,71	62.182.810,57	93,95	79.758.241,75	95,09	80.318.292,29	88,64	87.696.137,57	87,29
Saldo da gerência anterior	4.021.290,50	6,29	4.005.117,28	6,05	4.117.360,06	4,91	10.288.733,32	11,36	12.772.942,29	12,71
Receita Total	63.977.143,01	100,00	66.187.927,85	100,00	83.875.601,81	100,00	90.607.025,61	100,00	100.469.079,86	100,00

Evolução das receitas 2011-2015 (valor)

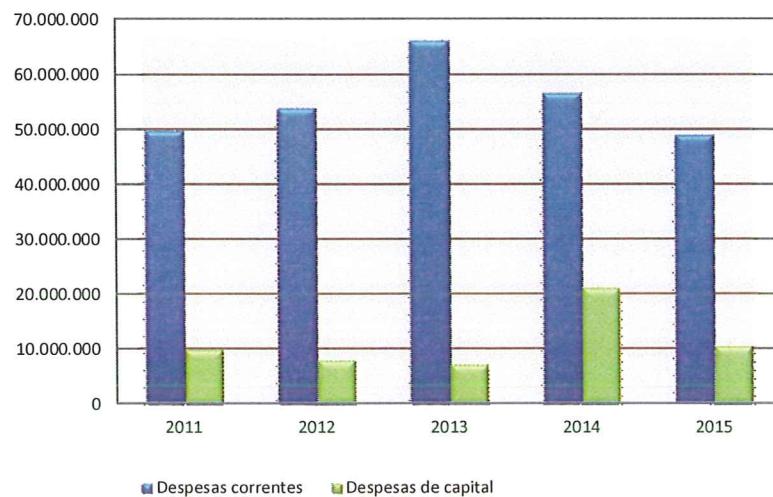


Evolução da despesa 2011 – 2015 (resumo)

Apresenta-se, seguidamente, um quadro das despesas efetuadas no período 2011 a 2015, onde se pode verificar que, em termos totais, ocorreu um acréscimo das despesas de 2011 até 2014, seguindo-se um decréscimo de despesa de 2014 para 2015.

Designação	2011		2012		2013		2014		2015	
	Valor	%								
Despesas correntes	49.971.191,91	83,32	54.005.172,26	87,01	66.440.627,55	90,29	56.721.838,69	72,88	49.153.157,52	82,39
Despesas de capital	10.000.833,82	16,68	8.065.395,53	12,99	7.146.240,94	9,71	21.112.244,63	27,12	10.509.442,04	17,61
Despesa Total	59.972.025,73	100,00	62.070.567,79	100,00	73.586.868,49	100,00	77.834.083,32	100,00	59.662.599,56	100,00

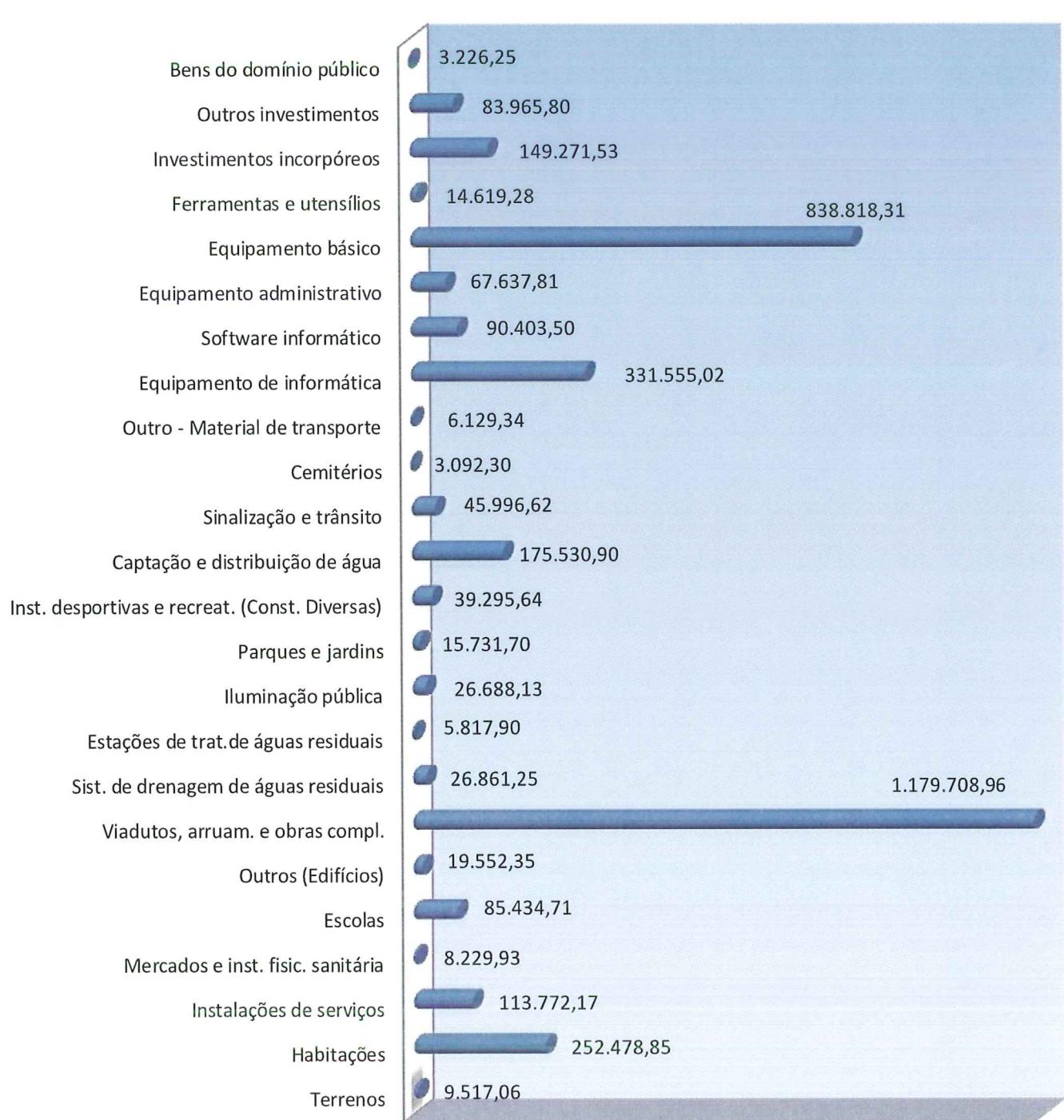
Evolução das despesas 2011-2015 (valor)



Orçamento de despesas de capital

Rúbricas	VALOR	%
07 - Aquisição de bens de capital		
07.01 - Investimentos		
07.01.01 - Terrenos	9.517,06	0,26%
Sub. Total 1	9.517,06	0,26%
07.01.02 - Habitações		
07.01.02.02 - Aquisição	250.000,00	6,96%
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	2.478,85	0,07%
Sub. Total 2	252.478,85	7,03%
07.01.03 - Edifícios		
07.01.03.01 - Instalações de serviços	113.772,17	3,17%
07.01.03.03 - Mercados e instalações de fiscalização sanitária	8.229,93	0,23%
07.01.03.05 - Escolas	85.434,71	2,38%
07.01.03.07 - Outros	19.552,35	0,54%
Sub. Total 3	226.989,16	6,32%
07.01.04 - Construções diversas		
07.01.04.01 - Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.179.708,96	32,83%
07.01.04.02 - Sistemas de drenagem de águas residuais	26.861,25	0,75%
07.01.04.03 - Estações de tratamento de águas residuais	5.817,90	0,16%
07.01.04.04 - Iluminação pública	26.688,13	0,74%
07.01.04.05 - Parques e jardins	15.731,70	0,44%
07.01.04.06 - Instalações desportivas e recreativas	39.295,64	1,09%
07.01.04.07 - Captação e distribuição de água	175.530,90	4,89%
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	45.996,62	1,28%
07.01.04.12 - Cemitérios	3.092,30	0,09%
Sub. Total 4	1.518.723,40	42,27%
07.01.06 - Material de transporte		
07.01.10.02 - Outro	6.129,34	0,17%
Sub. Total 5	6.129,34	0,17%
07.01.07 - Equipamento de informática		
Sub. Total 6	331.555,02	9,23%
07.01.08 - Software informático		
Sub. Total 7	90.403,50	2,51%
07.01.09 - Equipamento administrativo		
Sub. Total 8	67.637,81	1,88%
07.01.10 - Equipamento básico		
07.01.10.02 - Outro	838.818,31	23,34%
Sub. Total 9	838.818,31	23,34%
07.01.11 - Ferramentas e utensílios		
Sub. Total 10	14.619,28	0,41%
07.01.13 - Investimentos incorpóreos		
Sub. Total 11	149.271,53	4,15%
07.01.15 - Outros Investimentos		
Sub. Total 12	83.965,80	2,34%
Total dos investimentos	3.590.109,06	99,91%
07.03 - Bens do domínio público		
07.03.03 - Outras construções e infraestruturas		
Sub. Total 12	3.226,25	0,09%
Total dos bens do domínio público	3.226,25	0,09%
Total geral	3.593.335,31	100,00%

Estrutura dos investimentos realizados e dos bens do domínio público Ótica orçamental - 2015



Da análise dos principais investimentos realizados no ano de 2015, relativamente ao valor total do investimento, constata-se que a maior percentagem de investimento realizado corresponde a Construções diversas com 42,27%, a Equipamento básico com 23,34% e a Equipamento de informática com 9,23%.

A rúbrica de Habitações corresponde a 7,03%, sendo os restantes valores pouco expressivos, relativamente ao valor total do investimento.

No âmbito da rúbrica Construções diversas em relação ao valor total do investimento, salienta-se os Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares (32,83%) (€ 1.179.708,96), a Captação e distribuição de água (4,89%) (€ 175.530,90) seguindo-se a rúbrica de Sinalização e trânsito (1,28%) (€ 45.996,62).

Dentro da rúbrica Edifícios, verifica-se que as rúbricas mais significativas são as Instalações de serviços (3,17%) (€ 113.772,17) e as Escolas (2,38%) (€ 85.434,71), todas em relação ao valor total do investimento.

Análise da execução das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) em relação à orçamentação inicial e final – por funções

Grandes Opções do Plano 2015
Análise dos desvios das Grandes Opções do Plano
em relação à orçamentação inicial e final

Objetivos	Orçamentação			Desvio (inicial)		Desvio (final)		(Euros)
	inicial	final	pago	valor	%	valor	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(1)	(5)=(4)/(1)	(6)=(3)-(2)	(7)=(6)/(2)	
Funções gerais								
Serviços gerais da administração pública								
*Administração geral	7.316.301,00	8.675.371,00	5.028.397,77	-2.287.903,23	-31,27%	-3.646.973,23	-42,04%	
s u b - t o t a l 1	7.316.301,00	8.675.371,00	5.028.397,77	-2.287.903,23	-31,27%	-3.646.973,23	-42,04%	
Segurança e ordem pública								
*Proteção civil e luta contra incêndios	525.680,00	1.402.380,00	956.996,63	431.316,63	82,05%	-445.383,37	-31,76%	
s u b - t o t a l 2	525.680,00	1.402.380,00	956.996,63	431.316,63	82,05%	-445.383,37	-31,76%	
T o t a l f u n ç õ e s g e r a l e s	7.841.981,00	10.077.751,00	5.985.394,40	-1.856.586,60	-23,67%	-4.092.356,60	-40,61%	
Funções Sociais								
Educação								
*Ensino não superior	2.146.470,00	2.370.367,00	1.014.851,58	-131.161,84	-52,72%	-135.515,42	-57,19%	
*Serviços auxiliares de ensino	4.100,00	4.100,00						
s u b - t o t a l 1	2.150.570,00	2.374.467,00	1.014.851,58	-131.161,84	-52,81%	-135.515,42	-57,26%	
Segurança e ação sociais								
*Ação social	1.284.016,00	1.475.341,00	560.655,32	-723.360,68	-56,34%	-914.685,68	-62,00%	
s u b - t o t a l 2	1.284.016,00	1.475.341,00	560.655,32	-723.360,68	-56,34%	-914.685,68	-62,00%	
Habitação e serviços coletivos								
*Habitação	219.810,00	510.120,00	255.874,60	36.064,60	16,41%	-254.245,40	-49,84%	
*Ordenamento do território	415.374,00	958.714,00	153.830,94	-261.543,06	-62,97%	-804.883,06	-83,95%	
*Saneamento	3.610.817,00	5.009.123,00	3.935.509,41	324.692,41	8,99%	-1.073.613,59	-21,43%	
*Abastecimento de água	6.772.271,00	7.187.900,00	6.086.690,61	-685.580,39	-10,12%	-1.101.209,39	-15,32%	
*Resíduos sólidos	6.157.000,00	6.257.000,00	5.098.953,26	-1058.046,74	-17,18%	-1.158.046,74	-18,51%	
*Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	463.100,00	1.137.975,00	65.314,52	-397.785,48	-85,90%	-1.072.660,48	-94,26%	
s u b - t o t a l 3	17.638.372,00	21.060.832,00	15.596.173,34	-2.042.198,66	-11,58%	-5.464.658,66	-25,95%	
Serviços culturais, recreativos e religiosos								
*Cultura	349.799,00	430.899,00	98.163,37	-251.635,63	-71,94%	-332.735,63	-77,22%	
*Desporto, recreio e lazer	720.320,00	1.655.270,00	773.386,17	53.066,17	7,37%	-88.188,83	-53,28%	
s u b - t o t a l 4	1.070.119,00	2.086.169,00	871.549,54	-198.569,46	-18,56%	-1.214.619,46	-58,22%	
T o t a l f u n ç õ e s s o c i a l e s	22.143.077,00	26.996.809,00	18.043.229,78	-4.099.847,22	-18,52%	-8.953.579,22	-33,17%	
Funções económicas								
*Indústria e energia	1.683.441,00	1.809.916,00	1.574.515,57	-108.925,43	-6,47%	-235.400,43	-13,01%	
s u b - t o t a l 1	1.683.441,00	1.809.916,00	1.574.515,57	-108.925,43	-6,47%	-235.400,43	-13,01%	
Transportes e comunicações								
*Transportes rodoviários	450.709,00	2.521.025,00	1.322.386,33	871.677,33	193,40%	-1.198.638,67	-47,55%	
s u b - t o t a l 2	450.709,00	2.521.025,00	1.322.386,33	871.677,33	193,40%	-1.198.638,67	-47,55%	
Comércio e turismo								
*Mercados e feiras	2.920,00	59.120,00	8.229,93	5.309,93	18,185%	-50.890,07	-86,08%	
*Turismo	30.000,00	60.000,00	30.000,00					
s u b - t o t a l 3	32.920,00	119.120,00	38.229,93	5.309,93	16,13%	-80.890,07	-67,91%	
T o t a l f u n ç õ e s e c o n ó m i c a s	2.167.070,00	4.450.061,00	2.935.131,83	768.061,83	35,44%	-1.514.929,17	-34,04%	
Outras funções								
*Transferências entre administrações	533.346,00	533.346,00	533.346,00					
*Diversas não especificadas	393.156,00	393.156,00	393.156,00					
s u b - t o t a l 1	926.502,00	926.502,00	926.502,00					
T o t a l o u t r a s f u n ç õ e s	926.502,00	926.502,00	926.502,00					
T o t a l g e r a l	33.078.630,00	42.451.123,00	27.890.258,01	-5.188.371,99	-15,68%	-14.560.864,99	-34,30%	

Grandes Opções do Plano 2015
Análise dos desvios do Plano Plurianual de Investimentos
em relação à orçamentação inicial e final

(Euros)

Objectivos	Orçamentação			Desvio (inicial)		Desvio (final)	
	inicial (1)	final (2)	pagº (3)	valor (4)=(3)-(1)	% (5)=(4)/(1)	valor (6)=(3)-(2)	% (7)=(6)/(2)
Funções gerais							
Serviços gerais da administração pública							
* Administração geral	1.142.995,00	2.045.903,00	910.117,55	-232.877,45	-20,37%	-1.135.785,45	-55,52%
sub-total 1	1.142.995,00	2.045.903,00	910.117,55	-232.877,45	-20,37%	-1.135.785,45	-55,52%
Segurança e ordem pública							
* Proteção civil e luta contra incêndios		75.000,00				-75.000,00	-100,00%
sub-total 2		75.000,00				-75.000,00	-100,00%
Total funções gerais	1.142.995,00	2.120.903,00	910.117,55	-232.877,45	-20,37%	-1.210.785,45	-57,09%
Funções Sociais							
Educação							
* Ensino não superior	506.920,00	620.567,00	126.323,04	-380.596,96	-75,08%	-494.243,96	-79,64%
* Serviços auxiliares de ensino	4.100,00	4.100,00		-4.100,00	-100,00%	-4.100,00	-100,00%
sub-total 1	511.020,00	624.667,00	126.323,04	-384.696,96	-75,28%	-498.343,96	-79,78%
Segurança e ação sociais							
* Ação social	6.014,00	25.959,00	15.165,06	9.151,06	152,16%	-10.793,94	-41,58%
sub-total 2	6.014,00	25.959,00	15.165,06	9.151,06	152,16%	-10.793,94	-41,58%
Habitação e serviços coletivos							
* Habitação	206.410,00	476.410,00	252.478,85	46.068,85	22,32%	-223.931,15	-47,00%
* Ordenamento do território	87.374,00	638.714,00	153.013,22	65.639,22	75,12%	-485.700,78	-76,04%
* Saneamento	70.647,00	962.287,00	394.975,20	324.328,20	459,08%	-567.311,80	-58,95%
* Abastecimento de água	429.616,00	798.716,00	367.606,29	-62.009,71	-14,43%	-431.109,71	-53,98%
* Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	70.000,00	714.125,00	5.509,25	-64.490,75	-92,13%	-708.615,75	-99,23%
sub-total 3	864.047,00	3.590.252,00	1.173.582,81	309.535,81	35,82%	-2.416.669,19	-67,31%
Serviços culturais, recreativos e religiosos							
* Cultura	159.189,00	279.189,00	6.142,74	-153.046,26	-96,14%	-273.046,26	-97,80%
* Desporto, recreio e lazer	107.500,00	574.050,00	85.754,96	-217.45,04	-20,23%	-488.295,04	-85,06%
sub-total 4	266.689,00	853.239,00	91.897,70	-174.791,30	-65,54%	-761.341,30	-89,23%
Total funções sociais	1.647.770,00	5.094.117,00	1.406.968,61	-240.801,39	-14,61%	-3.687.148,39	-72,38%
Funções económicas							
* Indústria e energia	76.041,00	109.841,00	43.147,47	-32.893,53	-43,26%	-66.693,53	-60,72%
sub-total 1	76.041,00	109.841,00	43.147,47	-32.893,53	-43,26%	-66.693,53	-60,72%
Transportes e comunicações							
* Transportes rodoviários	249.509,00	2.259.825,00	1.224.871,75	975.362,75	390,91%	-1.034.953,25	-45,80%
sub-total 2	249.509,00	2.259.825,00	1.224.871,75	975.362,75	390,91%	-1.034.953,25	-45,80%
Comércio e turismo							
* Mercados e feiras	2.920,00	59.120,00	8.229,93	5.309,93	181,85%	-50.890,07	-86,08%
sub-total 3	2.920,00	59.120,00	8.229,93	5.309,93	181,85%	-50.890,07	-86,08%
Total funções económicas	328.470,00	2.428.786,00	1.276.249,15	947.779,15	288,54%	-1.152.536,85	-47,45%
Outras Funções							
* Diversas não especificadas		393.156,00	393.156,00	393.156,00			
sub-total 1		393.156,00	393.156,00	393.156,00			
Total geral	3.119.235,00	10.036.962,00	3.986.491,31	867.256,31	27,80%	-6.050.470,69	-60,28%

Grandes Opções do Plano 2015
Análise dos desvios das Atividades Mais Relevantes
em relação à orçamentação inicial e final

(Euros)

Objectivos	Orçamentação			Desvio (inicial)		Desvio (final)	
	inicial (1)	final (2)	pago (3)	valor (4)=(3)-(1)	% (5)=(4)/(1)	valor (6)=(3)-(2)	% (7)=(6)/(2)
Funções gerais							
Serviços gerais da administração pública							
* Administração geral	6.173.306,00	6.629.468,00	4.118.280,22	-2.055.025,78	-33,29%	-2.511.187,78	-37,88%
sub-total 1	6.173.306,00	6.629.468,00	4.118.280,22	-2.055.025,78	-33,29%	-2.511.187,78	-37,88%
Segurança e ordem pública							
* Proteção civil e luta contra incêndios	525.680,00	1.327.380,00	956.996,63	431.316,63	82,05%	-370.383,37	-27,90%
sub-total 2	525.680,00	1.327.380,00	956.996,63	431.316,63	82,05%	-370.383,37	-27,90%
Total funções gerais	6.698.986,00	7.956.848,00	5.075.276,85	-1.623.709,15	-24,24%	-2.881.571,15	-36,21%
Funções Sociais							
Educação							
* Ensino não superior	1.639.550,00	1.749.800,00	888.528,54	-751.021,46	-45,81%	-861.271,46	-49,22%
sub-total 1	1.639.550,00	1.749.800,00	888.528,54	-751.021,46	-45,81%	-861.271,46	-49,22%
Segurança e ação sociais							
* Ação social	1.278.002,00	1.449.382,00	545.490,26	-732.511,74	-57,32%	-903.891,74	-62,36%
sub-total 2	1.278.002,00	1.449.382,00	545.490,26	-732.511,74	-57,32%	-903.891,74	-62,36%
Habitação e serviços colectivos							
* Habitação	13.400,00	33.710,00	3.395,75	-10.004,25	-74,66%	-30.314,25	-89,93%
* Ordenamento do território	328.000,00	320.000,00	817,72	-327.182,28	-99,75%	-319.182,28	-99,74%
* Saneamento	3.540.170,00	4.046.836,00	3.540.534,21	364,21	0,01%	-506.301,79	-12,51%
* Abastecimento de água	6.342.655,00	6.389.184,00	5.719.084,32	-623.570,68	-9,83%	-670.099,68	-10,49%
* Resíduos sólidos	6.157.000,00	6.257.000,00	5.098.953,26	-1.058.046,74	-17,18%	-1.158.046,74	-18,51%
* Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	393.100,00	423.850,00	59.805,27	-33.294,73	-84,79%	-364.044,73	-85,89%
sub-total 3	16.774.325,00	17.470.580,00	14.422.590,53	-2.351.734,47	-14,02%	-3.047.989,47	-17,45%
Serviços culturais, recreativos e religiosos							
* Cultura	190.610,00	151.710,00	92.020,63	-98.589,37	-51,72%	-59.689,37	-39,34%
* Desporto, recreio e lazer	612.820,00	1.081.220,00	687.631,21	74.811,21	12,21%	-393.588,79	-36,40%
sub-total 4	803.430,00	1.232.930,00	779.651,84	-23.778,16	-2,96%	-453.278,16	-36,76%
Total funções sociais	20.495.307,00	21.902.692,00	16.636.261,17	-3.859.045,83	-18,83%	-5.266.430,83	-24,04%
Funções Económicas							
* Indústria e energia	1.607.400,00	1.700.075,00	1.531.368,10	-76.031,90	-4,73%	-168.706,90	-9,92%
sub-total 1	1.607.400,00	1.700.075,00	1.531.368,10	-76.031,90	-4,73%	-168.706,90	-9,92%
Transportes e comunicações							
* Transportes rodoviários	201.200,00	261.200,00	97.514,58	-103.685,42	-51,53%	-163.685,42	-62,67%
sub-total 2	201.200,00	261.200,00	97.514,58	-103.685,42	-51,53%	-163.685,42	-62,67%
Comércio e turismo							
* Turismo	30.000,00	60.000,00	30.000,00			-30.000,00	-50,00%
sub-total 3	30.000,00	60.000,00	30.000,00			-30.000,00	-50,00%
Total funções económicas	1.838.600,00	2.021.275,00	1.658.882,68	-179.717,32	-9,77%	-362.392,32	-17,93%
Outras funções							
* Transferências entre Administrações	533.346,00	533.346,00	533.346,00				
* Diversas não especificadas	393.156,00			-393.156,00	-100,00%		
sub-total 1	926.502,00	533.346,00	533.346,00	-393.156,00	-42,43%		
Total outras funções	926.502,00	533.346,00	533.346,00	-393.156,00	-42,43%		
Total geral	29.959.395,00	32.414.161,00	23.903.766,70	-6.055.628,30	-20,21%	-8.510.394,30	-26,26%

Desvios das Grandes Opções do Plano em relação à orçamentação inicial

A despesa total paga no âmbito das Grandes Opções do Plano face à orçamentação inicial apresentou um desvio de - € 5.188.371,99 (- 15,68%).

Funções Gerais (- € 1.856.586,60) (- 23,67%)

O objetivo Serviços Gerais da Administração Pública apresenta um desvio negativo de - € 2.287.903,23 (- 31,27%) e o objetivo Segurança e Ordem Pública apresenta um desvio de € 431.316,63 (82,05%).

Funções Sociais (- € 4.099.847,22) (- 18,52%)

Apresentam desvios negativos mais significativos os objetivos da Habitação e Serviços Coletivos em - 11,58% (- € 2.042.198,66) e da Educação - 52,81% (- € 1.135.718,42).

Funções Económicas (€ 768.061,83) (35,44%)

Os objetivos que registaram desvios positivos foram Transportes e Comunicações com € 871.677,33 (193,40%) e Comércio e Turismo € 5.309,93 (16,13%), quando se compara a despesa paga e a orçamentação inicial.

Outras Funções

A execução da função Outras Funções não apresentou desvio face à orçamentação inicial.

Desvios das Grandes Opções do Plano em relação à orçamentação final

A despesa total paga no âmbito das Grandes Opções do Plano face à orçamentação final apresentou um desvio negativo de - € 14.560.864,99 (- 34,30%).

Funções Gerais (- € 4.092.356,60) (- 40,61%)

A rubrica que apresentou o desvio mais significativo foi a Administração Geral com – € 3.646.973,23 (- 42,04%).

Funções Sociais (- € 8.953.579,22) (- 33,17%)

Os desvios negativos mais significativos, quando se compara a despesa paga e a orçamentação final, verificaram-se ao nível dos objetivos da Habitação e Serviços Coletivos em - € 5.464.658,66 (- 25,95%), da Educação em - € 1.359.615,42 (- 57,26) e dos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos em - € 1.214.619,46 (- 58,22%).

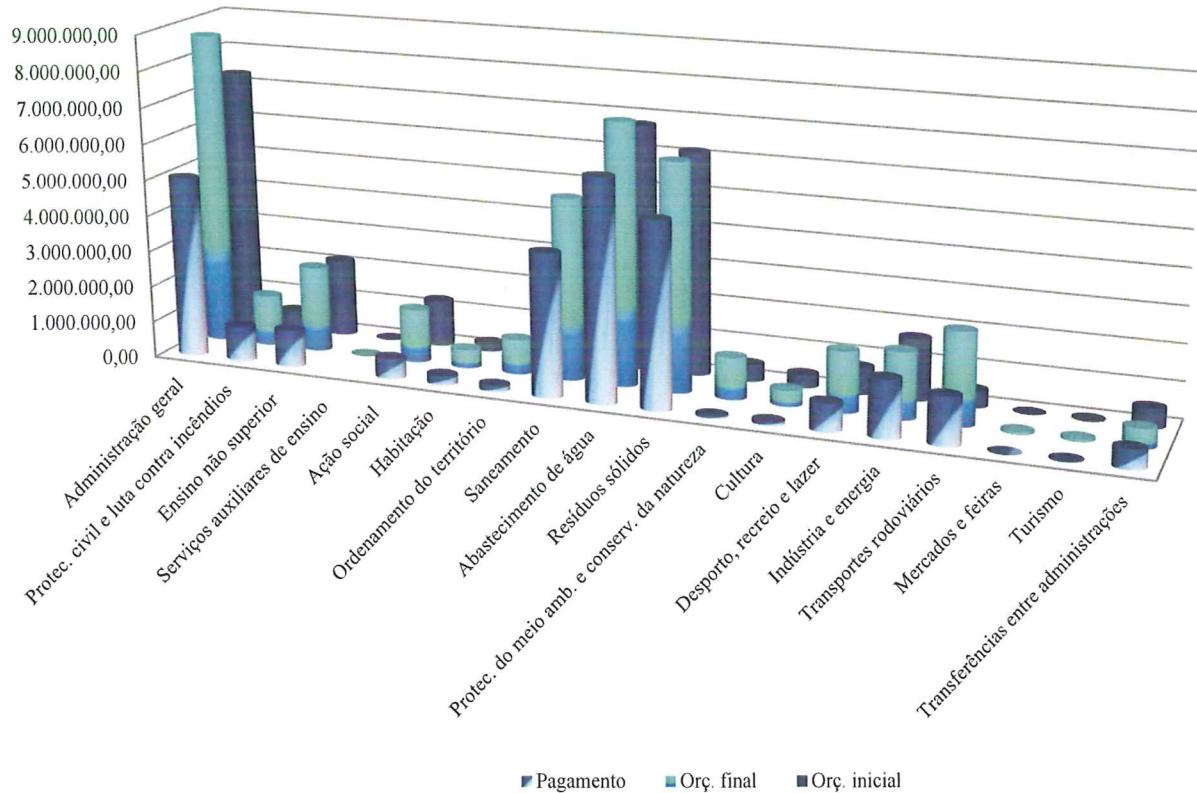
Funções Económicas (- € 1.514.929,17) (- 34,04%)

O objetivo que registou o maior desvio negativo foi Transportes e Comunicações em - € 1.198.638,67 (- 47,55%), seguindo-se a Indústria e Energia com - € 235.400,43 (- 13,01%) e o Comércio e Turismo com - € 80.890,07 (- 67,91%), quando se compara a despesa paga e a orçamentação final.

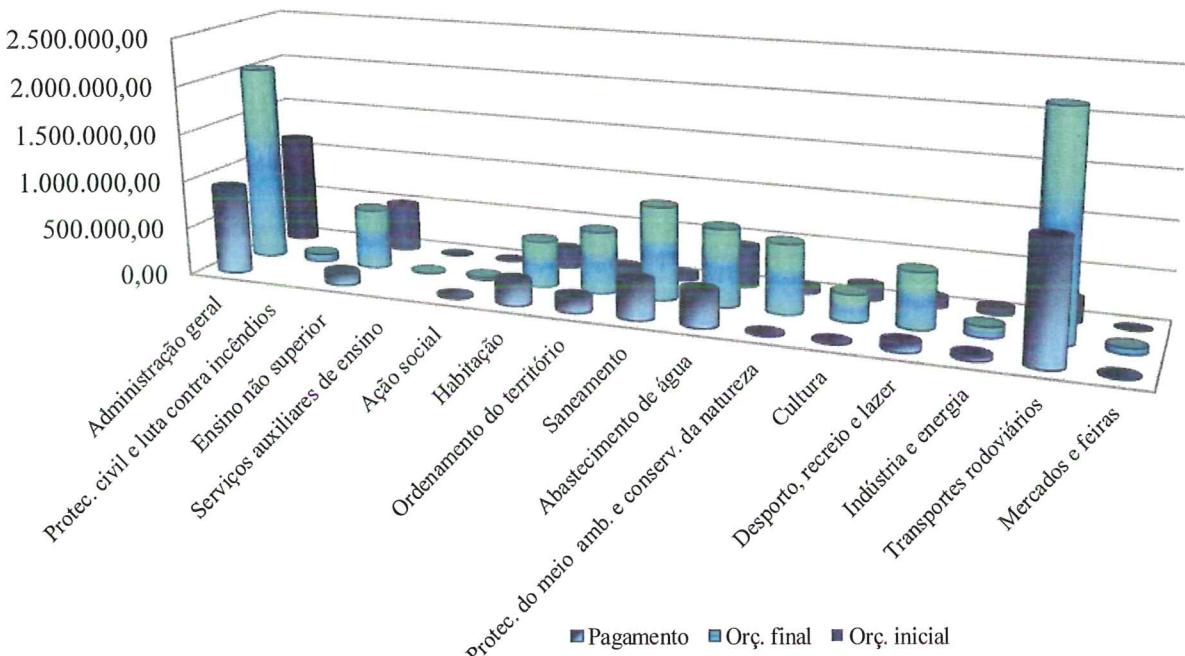
Outras Funções

A execução da função Outras Funções não apresentou desvio face à orçamentação final.

Desvios da execução das Grandes Opções do Plano em relação à previsão inicial e final
2015

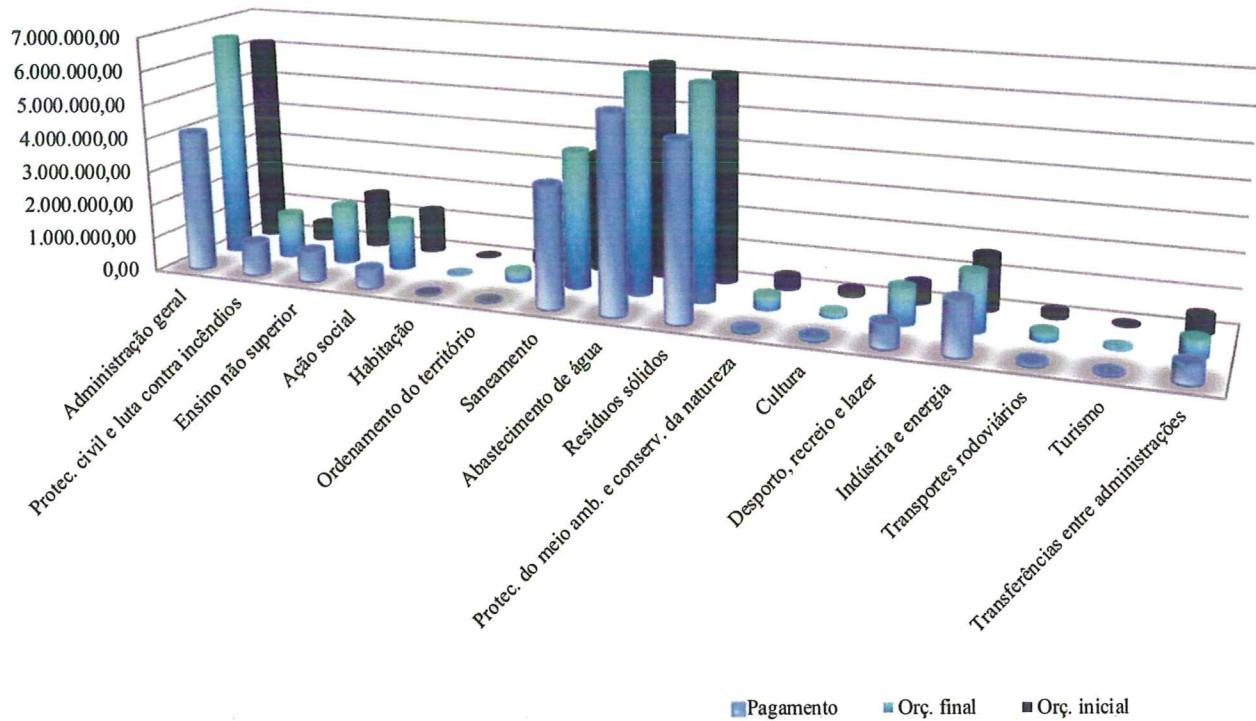


Desvios da execução do Plano Pluriannual em relação à previsão inicial e final
2015



Desvios da execução das Atividades Mais Relevantes em relação à previsão inicial e final

2015



Análise comparativa das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) 2014/2015 - por funções

Grandes Opções do Plano 2015

Análise comparativa das Grandes Opções do Plano

2014/2015

(Euros)

Objectivos	2014 (1)	2015 (2)	valor	Desvio
			(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)
Funções gerais				
Serviços gerais da administração públicas				
* Administração geral	1.602.728,71	5.028.397,77	3.425.669,06	213,74%
sub-total 1	1.602.728,71	5.028.397,77	3.425.669,06	213,74%
Segurança e ordem pública				
* Proteção civil e luta contra incêndios	29.954,45	956.996,63	927.042,18	3094,84%
sub-total 2	29.954,45	956.996,63	927.042,18	3094,84%
Total funções gerais	1.632.683,16	5.985.394,40	4.352.711,24	266,60%
Funções Sociais				
Educação				
* Ensino não superior	956.496,47	1.014.851,58	58.355,11	6,10%
* Serviços auxiliares de ensino	2.850,49		-2.850,49	-100,00%
sub-total 1	959.346,96	1.014.851,58	55.504,62	5,79%
Segurança e ação sociais				
* Ação social	150.788,54	560.655,32	409.866,78	271,82%
sub-total 2	150.788,54	560.655,32	409.866,78	271,82%
Habitação e serviços coletivos				
* Habitação	95.949,34	255.874,60	159.925,26	166,68%
* Ordenamento do território	13.311,61	153.830,94	140.519,33	1055,61%
* Saneamento	58.741,34	3.935.509,41	3.876.768,07	6599,73%
* Abastecimento de água	187.282,08	6.086.690,61	5.899.408,53	3150,01%
* Resíduos sólidos	3.176.815,18	5.098.953,26	1.922.138,08	60,51%
* Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	42.868,11	65.314,52	22.446,41	52,36%
sub-total 3	3.574.967,66	15.596.173,34	12.021.205,68	336,26%
Serviços culturais, recreativos e religiosos				
* Cultura	16.461,34	98.163,37	81.702,03	496,33%
* Desporto, recreio e lazer	459.728,33	773.386,17	313.657,84	68,23%
sub-total 4	476.189,67	871.549,54	395.359,87	83,03%
Total funções sociais	5.161.292,83	18.043.229,78	12.881.936,95	249,59%
Funções económicas				
Indústria e energia				
sub-total 1	1.561.698,03	1.574.515,57	12.817,54	0,82%
Transportes e comunicações				
* Transportes rodoviários	497.760,13	1.322.386,33	824.626,20	165,67%
sub-total 2	497.760,13	1.322.386,33	824.626,20	165,67%
Comércio e turismo				
* Mercados e feiras		8.229,93	8.229,93	
* Turismo		30.000,00	30.000,00	
sub-total 3		38.229,93	38.229,93	
Total funções económicas	2.059.458,16	2.935.131,83	875.673,67	42,52%
Outras funções				
* Transferências entre administrações		533.346,00	533.346,00	
* Diversas não especificadas		393.156,00	393.156,00	
sub-total 1	533.346,00	926.502,00	393.156,00	73,71%
Total outras funções	533.346,00	926.502,00	393.156,00	73,71%
TOTAL GERAL	9.386.780,15	27.890.258,01	18.503.477,86	197,12%

Grandes Opções do Plano 2015
Análise comparativa do Plano Plurianual de Investimentos
2014/2015

(Euros)

Objectivos	2014	2015	valor	Desvio
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)
Funções gerais				
Serviços gerais da administração públicas				
* Administração geral	326.690,37	910.117,55	583.427,18	178,59%
sub-total 1	326.690,37	910.117,55	583.427,18	178,59%
Total funções gerais	326.690,37	910.117,55	583.427,18	178,59%
Funções Sociais				
Educação				
* Ensino não superior	397.516,70	126.323,04	-271.193,66	-68,22%
* Serviços auxiliares de ensino	2.850,49		-2.850,49	-100,00%
sub-total 1	400.367,19	126.323,04	-274.044,15	-68,45%
Segurança e ação sociais				
* Ação social	148.500,00	15.165,06	-133.334,94	-89,79%
sub-total 2	148.500,00	15.165,06	-133.334,94	-89,79%
Habitação e serviços colectivos				
* Habitação	95.949,34	252.478,85	156.529,51	163,14%
* Ordenamento do território	13.311,61	153.013,22	139.701,61	1049,47%
* Saneamento	54.875,64	394.975,20	340.099,56	619,76%
* Abastecimento de água	54.293,85	367.606,29	313.312,44	577,07%
* Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	16.777,95	5.509,25	-11.268,70	-67,16%
sub-total 3	235.208,39	1.173.582,81	938.374,42	398,95%
Serviços culturais, recreativos e religiosos				
* Cultura	15.171,45	6.142,74	-9.028,71	-59,51%
* Desporto, recreio e lazer	107.412,70	85.754,96	-21.657,74	-20,16%
sub-total 4	122.584,15	91.897,70	-30.686,45	-25,03%
Total funções sociais	906.659,73	1.406.968,61	500.308,88	55,18%
Funções económicas				
* Indústria e energia	300.900,34	43.147,47	-257.752,87	-85,66%
sub-total 1	300.900,34	43.147,47	-257.752,87	-85,66%
Transportes e comunicações				
* Transportes rodoviários	414.262,01	1.224.871,75	810.609,74	195,68%
sub-total 2	414.262,01	1.224.871,75	810.609,74	195,68%
Comércio e turismo				
* Mercados e feiras		8.229,93	8.229,93	
sub-total 3		8.229,93	8.229,93	
Total funções económicas	715.162,35	1.276.249,15	561.086,80	78,46%
Outras Funções				
* Diversas não especificadas		393.156,00	393.156,00	
sub-total 1		393.156,00	393.156,00	
Total outras funções		393.156,00	393.156,00	
TOTAL GERAL	1.948.512,45	3.986.491,31	2.037.978,86	104,59%

Grandes Opções do Plano 2015
Análise comparativa das Atividades Mais Relevantes

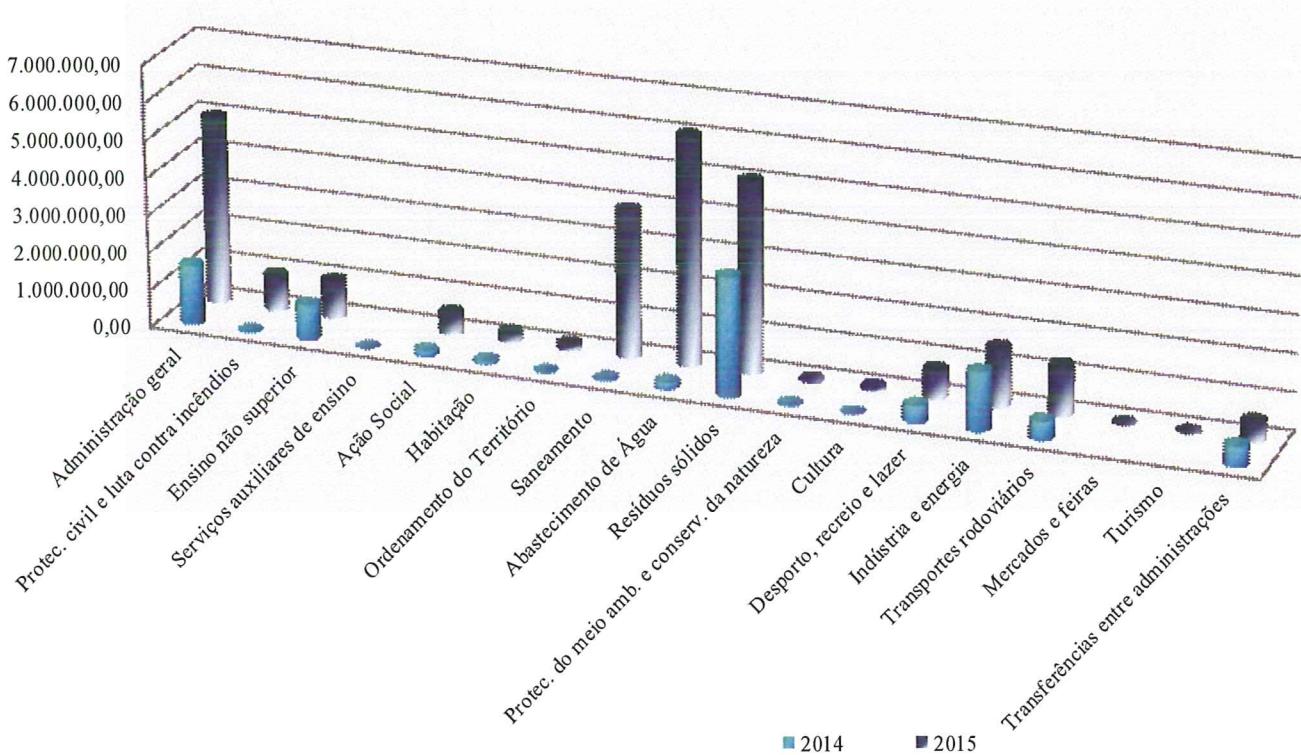
2014/2015

(Euros)

Objectivos	2014 (1)	2015 (2)	valor (3)=(2)-(1)	Desvio (4)=(3)/(1)
Funções gerais				
Serviços gerais da administração pública				
* Administração geral	1.276.038,34	4.118.280,22	2.842.241,88	222,74%
sub-total 1	1.276.038,34	4.118.280,22	2.842.241,88	222,74%
Segurança e ordem pública				
* Proteção civil e luta contra incêndios	29.954,45	956.996,63	927.042,18	3094,84%
sub-total 2	29.954,45	956.996,63	927.042,18	3094,84%
Total funções gerais	1.305.992,79	5.075.276,85	3.769.284,06	288,61%
Funções Sociais				
Educação				
* Ensino não superior	558.979,77	888.528,54	329.548,77	58,96%
sub-total 1	558.979,77	888.528,54	329.548,77	58,96%
Segurança e ação sociais				
* Ação social	2.288,54	545.490,26	543.201,72	23735,73%
sub-total 2	2.288,54	545.490,26	543.201,72	23735,73%
Habitação e serviços coletivos				
* Habitação		3.395,75	3.395,75	
* Ordenamento do território		817,72	817,72	
* Saneamento	3.865,70	3.540.534,21	3.536.668,51	91488,44%
* Abastecimento de água	132.988,23	5.719.084,32	5.586.096,09	4200,44%
* Resíduos sólidos	3.176.815,18	5.098.953,26	1.922.138,08	60,51%
* Proteção de meio ambiente e conserv. da natureza	26.090,16	59.805,27	33.715,11	129,23%
sub-total 3	3.339.759,27	14.422.590,53	11.082.831,26	331,85%
Serviços culturais, recreativos e religiosos				
* Cultura	1.289,89	92.020,63	90.730,74	7033,99%
* Desporto, recreio e lazer	352.315,63	687.631,21	335.315,58	95,17%
sub-total 4	353.605,52	779.651,84	426.046,32	120,49%
Total funções sociais	4.254.633,10	16.636.261,17	12.381.628,07	291,02%
Funções Económicas				
Indústria e energia	1.260.797,69	1.531.368,10	270.570,41	21,46%
sub-total 1	1.260.797,69	1.531.368,10	270.570,41	21,46%
Transportes e Comunicações				
* Transportes rodoviários	83.498,12	97.514,58	14.016,46	16,79%
sub-total 2	83.498,12	97.514,58	14.016,46	16,79%
Comércio e turismo				
* Turismo		30.000,00	30.000,00	
sub-total 3		30.000,00	30.000,00	
Total funções económicas	1.344.295,81	1.658.882,68	314.586,87	23,40%
Outras funções				
Transferências entre administrações	533.346,00	533.346,00		
sub-total 1	533.346,00	533.346,00		
Total outras funções	533.346,00	533.346,00		
TOTAL GERAL	7.438.267,70	23.903.766,70	16.465.499,00	221,36%

GOP – ANÁLISE COMPARATIVA

2014/2015



A despesa total paga em 2015 no âmbito das Grandes Opções do Plano registou um desvio face ao ano de 2014 no valor de € 18.503.477,86 (197,12%).

Os desvios por funções são os seguintes:

Funções Gerais (€ 4.352.711,24) (266,60%)

O objetivo que mais contribuiu para o desvio positivo foi a Administração Geral (213,74%) (€ 3.425.669,06).

Funções Sociais (€ 12.881.936,95) (249,59%)

O desvio mais significativo, quando se analisa a despesa paga nos anos 2014 e 2015, verificou-se no objetivo Habitação e Serviços Coletivos no montante de € 12.021.205,68 (336,26%).

Funções Económicas (€ 875.673,67) (42,52%)

O objetivo inserido nesta função que apresentou o desvio mais significativo foi Transportes e Comunicações com um desvio de € 824.626,20 (165,67%), quando se compara a execução das Grandes Opções do Plano no biénio 2014/2015.

Outras Funções

A execução do objetivo Transferências entre Administrações quando comparada a sua execução nos anos 2014 e 2015 não apresenta qualquer desvio.

O objetivo Diversas Não Especificadas apresenta um desvio de € 393.156,00, quando se compara a execução dos anos 2014/2015.

Transferências e subsídios obtidos

Valores de Financiamento Recebidos da Administração Central em 2015 por Fontes de Financiamento e Destinos:

- Estado - Participações comunitárias em projetos co-financiados:

FEDER

Programa Operacional do Algarve (PO ALGARVE 21)

- Simplex Autárquico - Municípios do Algarve Central em Rede	€ 340.302,97
- Simplex Autárquico - Lojas do Município em Rede	€ 106.719,12
- Reequipamento Estratégico da Proteção Civil	€ 18.525,53
- Estudo da Mobilidade Interurbana	€ 16.892,10
Total	€ 482.439,72

FSE

Fundo Social Europeu

Igualdade em Albufeira	€ 1.133,14
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	€ 75.692,15
Total	€ 76.825,29

Valor Total de Fundos Comunitários - € 559.265,01

- Estado:

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

- Acordo de Colaboração Educação Pré-Escolar	€ 537.986,66
- Acordo de Colaboração Refeições 1º Ciclo do Ensino Básico	€ 45.411,75
Total	€ 583.398,41

Direção-Geral da Administração Interna

- Transferências de verbas para as Autarquias Locais	€ 8.637,25
Total	€ 8.637,25

Direção-Geral das Autarquias Locais

- Fundo de Equilíbrio Financeiro	€ 2.832.191,00
- Fundo Social Municipal	€ 1.048.243,00
- Participação variável no IRS	€ 1.393.730,00
Total	€ 5.274.164,00

Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação

- Acordo de Cooperação Cláusula 2ª - nº 1 - Pessoal não docente das Escolas:	
- Educação Pré-Escolar	€ 142.993,36
- 1º Ciclo do Ensino Básico	€ 290.887,35
- 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	€ 1.301.451,34
- Sem Funções Letivas (Psicólogos e refeições/bufetes)	€ 188.276,35
- Acordo de Cooperação Cláusula 2ª - nº 8	
- Educação Pré-Escolar	€ 625.920,64
- Acordo de Cooperação Cláusula 4ª - nº 3 - Gestão do Parque Escolar	
- 2º e 3º Ciclo	€ 100.000,00
Total	€ 2.649.529,04

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

- Apoio ao funcionamento do Gab. Técnico Florestal	€ 16.820,72
Total	€ 16.820,72

Instituto de Emprego e Formação Profissional

- Políticas ativas de emprego e formação profissional	€ 12.407,57
Total	€ 12.407,57

Instituto de Segurança Social, IP

- Regime da Fruta Escolar	€ 13.894,32
- Protocolo de Cooperação entre ISSS e CM - Crianças em Risco	€ 25.016,86
Total	€ 38.911,18

Valor Total de Fundos da Administração Central **€ 8.583.868,17**

Evolução da situação económica e financeira

Principais indicadores	2015
Património	€ 98.277.064,28
Ativo líquido total	€ 213.215.821,67
Investimento	€ 3.593.335,31
Resultado líquido do exercício	€ 27.011.752,32
Número de trabalhadores	1 090
Número de consumidores de água	43 810

Balanço e Demonstração de Resultados

Princípios contabilísticos

Todos os registos contabilísticos consubstanciados nas demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2015 e a Demonstração de Resultados foram efetuados de forma a cumprir integralmente os princípios contabilísticos fundamentais (entidade contabilística, custo histórico, continuidade, consistência, especialização, prudência, materialidade e não compensação) tendo, no entanto, os serviços constatado a existência de algumas limitações no âmbito da aplicação de alguns princípios contabilísticos, dada a vasta e complexa dimensão da autarquia.

Critérios Valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados são os que constam nas notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Procede-se agora à análise dos valores mais significativos que constam nos documentos financeiros, com reporte a 31/12/2015.

0

Análise do balanço

A leitura do balanço dá-nos a conhecer que:

- ❖ O ativo é de € 213.215.821,67;
- ❖ As disponibilidades ascenderam a € 42.008.612,91;
- ❖ As dívidas de terceiros a curto prazo são de € 9.759.211,02;
- ❖ O passivo é de € 41.560.646,00;
- ❖ O património da autarquia corresponde a € 98.277.064,28;
- ❖ As dívidas a terceiros a médio/longo, prazo correspondem à dívida da autarquia a instituições de crédito, assumem o valor de € 17.566.507,47;
- ❖ As dívidas a terceiros a curto prazo assumem o valor de € 4.717.940,15 e
- ❖ O resultado líquido do exercício de 2015 é de € 27.011.752,32.

Análise da demonstração de resultados

O mapa relativo à demonstração de resultados é constituído pelos saldos das contas de resultados que exprimem custos e perdas, proveitos e ganhos.

Os custos e perdas que respeitam à actividade principal da autarquia concorrem para os resultados operacionais, ou seja:

$$\begin{aligned} \text{Resultados Operacionais} &= \text{Proveitos e Ganhos Operacionais} - \text{Custos e Perdas Operacionais} \\ &= € 79.909.846,18 - € 54.729.074,91 \\ &= € 25.180.771,27 \end{aligned}$$

Os resultados financeiros apresentam o valor de € 1.920.806,95.

O resultado corrente é a adição do resultado operacional com o resultado financeiro.

$$\begin{aligned} \text{Resultado Corrente} &= \text{Resultados Operacionais} + \text{Resultados Financeiros} \\ &= € 25.180.771,27 + € 1.920.806,95 \\ &= € 27.101.578,22 \end{aligned}$$

Temos assim um Resultado Líquido no valor de € 27.011.752,32.

X

Evolução do endividamento

O município é devedor a 31 de dezembro de 2015 de € 17.566.507,47 relativo a empréstimos, € 2.358.937,16 relativos ao Fundo de Apoio Municipal e € 1.156.870,38 a fornecedores, empreiteiros e ao Estado, dos quais € 1.202.132,61 são relativos a operações de tesouraria.

A Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2015, retificada pela Declaração de Retificação nº 5/2015, de 26 de fevereiro, prevê no artigo 98º a redução do endividamento das entidades incluídas no subsetor da administração local, estabelecendo no nº 4 do mencionado artigo, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, que o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constantes no Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho, era obrigatoriamente consignados à capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, no pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de agosto de 2014 e ou na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

Nos termos da legislação acima indicada, a Autoridade Tributária e Aduaneira informou o município de Albufeira, por e-mail em 31 de julho de 2015, que se verificou uma variação positiva da receita do imposto municipal sobre imóveis, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana no valor de € 3.681.537,84 e da propriedade rústica no valor de € 10,68.

Em reunião de câmara realizada no dia 09 de dezembro de 2015, a câmara municipal deliberou proceder à amortização antecipada dos empréstimos:

- Nº 2031326830003 – BPI no valor de € 1.008.604,50;
- Nº 9015/002933/991 - CGD no montante de € 2.082.235,72 e
- Nº 274/00224/200.8 - NOVO BANCO no valor de € 804.363,32,

acrescidos dos respetivos juros e comissões associadas. Com as amortizações referidas, o município cumpriu as disposições relativas à redução do endividamento previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2015. Há que referir ainda que foi efetuada a contribuição anual para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) no valor de € 393.156,00.

Apresenta-se de seguida a evolução da dívida de curto, médio e longo prazos:

Evolução da dívida de curto, médio e longo prazos

	2011	2012	2013	2014	2015
	31-dez	31-dez	31-dez	31-dez	31-dez
Dividas a terceiros curto prazo - Diversos*	34.502.703,73 €	28.037.556,44 €	7.009.960,14 €	787.084,70 €	1.156.870,38 €
Dividas a terceiros curto prazo - FAM					2.358.937,16 €
Dívidas M/L Prazo - Empréstimos	30.356.069,95 €	27.379.326,16 €	34.845.372,25 €	22.078.155,36 €	17.566.507,47 €
Total	64.858.773,68 €	55.416.882,60 €	41.855.332,39 €	22.865.240,06 €	21.082.315,01 €

* sem operações de tesouraria

Da análise do quadro acima verifica-se que, nos últimos 5 anos, tem vindo a ocorrer um decréscimo do endividamento. O diferencial mais significativo verifica-se de 2013 para 2014, no valor de € 18.990.092,33, resultante do pagamento integral do empréstimo do PAEL.

Seguidamente apresenta-se o Limite da dívida total da autarquia para o ano de 2015 de acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais):

Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012 (1)	Receita Corrente Líquida 2013 (2)	Receita Corrente Líquida 2014 (3)	Total (4)=(1)+(2)+(3)	Média da receita corrente líquida (5)=(4) / 3
58.148.520	67.222.766	72.327.785	197.699.071	65.899.690

Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Límite da dívida total 2015 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos)
(artº 52º da Lei nº 73/2013)

Limite da dívida total 2015 98.849.535,55

Dívida total da autarquia

Limite (1)	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros (2)	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part (3)	Dívida Total (4)=(2)+(3)	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM (5)	Montante em Excesso (6)=(5)-(1), se (5)>(1)	Margem Absoluta (7)=(1)-(5), se (5)<(1)	Margem Utilizável (8)=(7)*20%
01/01/2015							
98.849.536		23.970.719	518	23.971.237	22.865.758	75.983.778	15.196.756
31/12/2015							
22.284.448			22.284.448	18.723.378		80.126.158	16.025.232
Variação da Dívida %							81,88%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem disponível por utilizar							19.339.136

O limite da dívida estabelecido no diploma supracitado foi cumprido com uma margem significativa de diferença, conforme acima demonstrado (ainda não se encontra disponível a informação da AMAL e da ANMP relativamente ao valor da contribuição para SM/AM/SEL/Ent. Participadas), tendo o município margem disponível por utilizar no valor de € 19.339.136.

Indicadores de gestão

Rácios de natureza orçamental

Em proporção com a receita total, as receitas próprias traduzem-se em 90,90% e os impostos locais em 51,94%.

Em proporção com a receita total, as transferências correspondem a 9,10%, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e a Participação variável no IRS a 5,25%.

Em proporção com a despesa total, as despesas de funcionamento correspondem a 77,97%, as despesas com pessoal a 33,29% e a aquisição de bens e serviços a 39,25%.

Os encargos financeiros representam 3,98% do serviço da dívida e os passivos financeiros 96,02% do mesmo indicador.

O investimento global representa 6,74% da despesa total e 38,27% das despesas de capital. O investimento traduz-se na grande fatia (89,35%) do investimento global.

O serviço da dívida representa 168,01% do investimento global (aquisição de bens de capital, transferências capital e ativos financeiros).

O investimento realizado em 2015 corresponde a € 104,92 por eleitor.

Relativamente ao grau de financiamento do investimento global, os fundos comunitários (que constam da rubrica transferências de capital) representam 11,02% e a venda de bens de investimento 0,02% do montante de investimento global executado em 2015.

As receitas próprias correspondem a 153,07% da despesa total.

O Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação variável no IRS traduzem-se em 6,92% da despesa total.

O peso da despesa corrente na receita corrente é de 57,10%.

O peso da despesa de capital na receita de capital é de 661,62%.

Ráios de natureza orçamental

INDICADORES	Receitas Próprias (%)		2015
	<i>Receitas Próprias</i>	<i>Receita Total</i>	
<i>Peso das receitas próprias na Receita Total</i>	90,90		
<i>Peso das receitas próprias correntes na receita corrente</i>	91,22		
<i>Peso dos impostos locais na Receita Total</i>	51,94		
<i>Peso dos impostos locais na receita corrente</i>	60,62		
<i>Peso da venda de bens de investimento na Receita Total</i>	0,001		
<i>Peso da venda de bens de investimento na receita de capital</i>	0,05		

Transferências (%)

INDICADORES	Transferências (%)		2015
	<i>Transferências</i>	<i>Receita Total</i>	
<i>Peso das transferências na Receita Total</i>	9,10		
<i>Peso dos fundos municipais na Receita Total</i>	5,25		
<i>Peso dos fundos municipais correntes na receita corrente</i>	4,80		
<i>Peso dos fundos municipais de capital na receita de capital</i>	72,04		
<i>Peso do total dos fundos comunitários na Receita Total</i>	0,56		
<i>Peso dos fundos comunitários de capital na receita de capital</i>	27,90		

Encargos de Funcionamento (%)		
INDICADORES		2015
<i>Peso das despesas de funcionamento na Despesas de Funcionamento</i>		77,97
<i>despesa total</i>		
<i>Despesa Total</i>		
<i>Peso das despesas de funcionamento na Despesas de Funcionamento</i>		94,64
<i>despesa corrente</i>		
<i>Despesa Corrente</i>		
<i>Peso do pessoal na despesa total</i>	<i>Pessoal</i>	33,29
	<i>Despesa Total</i>	
<i>Peso do pessoal na despesa corrente</i>	<i>Pessoal</i>	40,40
	<i>Despesa Corrente</i>	
<i>Peso da aquisição de bens e serviços na Aquisição Bens e Serviços</i>		39,25
<i>despesa total</i>		
<i>Despesa Total</i>		
<i>Peso da aquisição de bens e serviços na Aquisição Bens e Serviços</i>		47,64
<i>despesa corrente</i>		
<i>Despesa Corrente</i>		
<i>Peso do pessoal na aquisição de bens e serviços</i>	<i>Pessoal</i>	84,81
	<i>Aquisição Bens Serviços</i>	
<i>Peso do pessoal no investimento</i>	<i>Pessoal</i>	552,67
	<i>Investimento</i>	
<i>Peso do pessoal no total do investimento</i>	<i>Pessoal</i>	547,34
<i>e das transferências de capital</i>	<i>Invest. + Transf. Capital</i>	
<i>Peso das despesas de funcionamento no Despesas Funcionamento</i>		1.294,60
<i>investimento</i>		
<i>Despesas Funcionamento</i>		
<i>Investimento</i>		
<i>Peso das despesas de funcionamento no Despesas Funcionamento</i>		1.282,11
<i>total do investimento e das transferências</i>		
<i>de capital</i>		
	<i>Invest. + Transf. Capital</i>	
<i>Aquisição de bens e serviços por eleitor</i>	<i>Aquisição de bens e serviços</i>	€ 683,70
	<i>Nº de eleitores</i>	
<i>Despesas de funcionamento por eleitor</i>	<i>Despesas Funcionamento</i>	€ 1.358,30
	<i>Nº de eleitores</i>	

Serviço da dívida (%)		
INDICADORES		2015
<i>Peso do serviço da dívida na despesa total</i>	<i>Serviço da Dívida Despesa Total</i>	11,32
<i>Peso dos encargos financeiros no serviço da dívida</i>	<i>Encargos Financeiros Serviço da Dívida</i>	3,98
<i>Peso dos passivos financeiros no serviço da dívida</i>	<i>Passivos Financeiros Serviço da Dívida</i>	96,02
<i>Peso dos encargos financeiros na despesa corrente</i>	<i>Encargos Financeiros Despesas Correntes</i>	0,55
<i>Peso dos passivos financeiros na despesa de capital</i>	<i>Passivos Financeiros Despesas Capital</i>	61,73
Investimento (%)		
INDICADORES		2015
<i>Peso do investimento global na despesa total</i>	<i>Investimento Global Despesa Total</i>	6,74
<i>Peso do investimento no investimento global</i>	<i>Investimento Investimento Global</i>	89,35
<i>Peso do investimento global na despesa de capital</i>	<i>Investimento Global Despesas Capital</i>	38,27
<i>Peso do serviço da dívida no investimento global</i>	<i>Serviço da Dívida Investimento Global</i>	168,01
<i>Investimento por eleitor</i>	<i>Investimento N° de eleitores</i>	€ 104,92

Grau de financiamento do investimento (%)

INDICADORES		2015
Peso dos fundos comunitários de capital no investimento autárquico global	Fundos Comunitários Capital Investimento Global	11,02
Peso das receitas de venda de bens de investimento no investimento autárquico global	Venda de bens de investimento Investimento Global	0,02
Peso do investimento global na Receita Total	Investimento Global Receita Total	4,00

Receitas / Despesas (%)

INDICADORES		2015
Peso das receitas próprias na despesa total	Receitas Próprias Despesa Total	153,07
Peso dos fundos municipais na despesa total	FEF + FSM + IRS Despesa Total	6,92
Peso dos fundos municipais correntes na despesa corrente	(FEF + FSM + IRS) Corrente Despesa Corrente	8,40
Peso dos fundos municipais de capital na despesa de capital	(FEF) Capital Despesa Capital	10,89
Peso dos fundos comunitários na despesa total	Fundos Comunitários Despesa Total	0,94
Peso do saldo inicial na despesa total	Saldo Inicial Despesa Total	21,41
Peso do pessoal na receita corrente	Pessoal Receita Corrente	23,07
Peso da despesa corrente na receita corrente	Despesa Corrente Receita Corrente	57,10
Peso da despesa capital na receita de capital	Despesa Capital Receita Capital	661,62

Rácios económico - financeiros

Estrutura financeira (%)

INDICADORES		2015
<i>Autonomia financeira</i>	<i>Património</i> <i>Ativo Total Líquido</i>	46,09
<i>Grau de cobertura do imobilizado</i>	<i>Capitais Permanentes</i> <i>Imobilizado Líquido</i>	124,26
<i>Liquidez geral</i>	<i>Exist. + Disp. + Dívidas de 3ºs de c/p</i> <i>Passivo Curto Prazo</i>	1.113,49
<i>Liquidez imediata</i>	<i>Disponibilidades</i> <i>Passivo Curto Prazo</i>	890,40
<i>Liquidez reduzida</i>	<i>Ativo Circulante - Existências</i> <i>Passivo c/p</i>	1.081,02
<i>Rácio de endividamento</i>	<i>Dívidas a m/l Prazo</i> <i>Património</i>	17,87

MP
B
A

Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos do n.º 2.7.3.2 do POCAL, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 – “Resultados transitados”, cujo saldo quando for positivo poderá ser repartido da seguinte forma:

- para reforço do património;
- para constituição ou reforço de reservas.

De acordo com o n.º 2.7.3.4 do mesmo diploma, é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – “Património” corresponda a 20% do ativo líquido. Verificando-se que o valor da conta 51 ultrapassa largamente essa percentagem, a condição mencionada é desde logo cumprida.

Refere ainda o n.º 2.7.3.5 que sem prejuízo do constante no parágrafo anterior, deve constituir-se reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de 5% do resultado líquido do exercício.

Atendendo a que as contas respeitantes ao exercício de 2015 conduzem a um resultado líquido positivo de € 27.011.752,32, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação:

<i>Reservas Legais (5%)</i>	€ 1.350.587,62
<i>Resultados Transitados</i>	€ 25.661.164,70

Declarações a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor

Junta-se em anexo a declaração comprovativa de que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano 2015 se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, bem como a declaração contendo todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

J.
Feb
R
X

Município de Albufeira

Documentos de Prestação de Contas 2015

Anexos



Declaração de Pagamentos e Recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2015

Nos termos da alínea b) do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor, declaro:

- a) que à data de 31 de dezembro de 2015 não existiam pagamentos em atraso registados na base de dados da aplicação informática, denominada SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica, em funcionamento no município de Albufeira;
- b) que os recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro de 2015, totalizam o montante de € 7.291.226,50.

Mais se declara que a apresentação de tais recebimentos, de forma individual, torna-se incomportável juntar em anexo à presente declaração, dada a sua dimensão, motivo pelo qual se passa a resumir por natureza de receita:

Faturas de água	6.873.893,90€
Ocupação da via pública (mesas, cadeiras, expositores)	56.184,92 €
Cemitérios	2.793,13 €
Rendas de Casa	98.116,43 €
Rendas de Quiosques e Lojas na Central de Camionagem e Pavilhão Desportivo de Olhos de Água	90.414,05 €
Rendas de lojas e bancadas, nos mercados	0,00 €
Publicidade	168.259,07 €
Venda ambulante	1.565,00 €

Total	7.291.226,50 €
--------------	-----------------------

*Dados em conferência, no âmbito da elaboração da prestação de contas de 2015

Albufeira, 29 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara

- Carlos Eduardo da Silva e Sousa -



Alo
R
A

Retificação à declaração de Pagamentos e Recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2015

Em 29 de janeiro de 2016 foi emitida a declaração de Pagamentos e Recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2015, a qual, após conferências efetuadas no âmbito da elaboração da prestação de contas de 2015, carece de ser retificada.

Assim, no quadro apresentado na referida declaração, onde se lê:

Faturas de água	6.873.893,90€
-----------------	---------------

deve ler-se:

Faturas de água	6.639.038,95€
-----------------	---------------

Albufeira, 22 de março de 2016

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, appearing to read "B. M." followed by a longer, cursive name.

- Carlos Eduardo da Silva e Sousa -



AB
R
A

Declaração de Compromissos Plurianuais

Nos termos da alínea a) do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor, e desconhecendo-se a existência de uma base de dados central de encargos plurianuais para o efeito, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados da aplicação informática, denominada SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica, em funcionamento no município de Albufeira, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2016	8.824.674,11 €
2017	7.520.399,81 €
2018	4.726.370,55 €

Mais se declara que, para além dos montantes acima referidos, foi transferido para o ano de 2016, o valor de € 6.104.184,32, de compromissos assumidos relativos ao ano de 2015 e de anos anteriores, cuja realização ainda não se verificou na íntegra.

Albufeira, 29 de janeiro de 2016

O Presidente da Câmara



- Carlos Eduardo da Silva e Sousa -

Mapa das participações da entidade

A - Participações em entidades societárias

Entidade participada Denominação	N. I.P.C.	Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
					Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado			
Águas do Algarve, SA	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	505176300	Soc. Anónima	41000	29.825.000,00	1.446.350,00	4,85	1.446.350,00	1.446.350,00	0,00	Preenchido com os dados que o Municipio disponha à data atual, caso sejam rececionados novos dados os mesmos serão objeto de junção aos Docs. de Prestação de Contas do ano 2015.
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	503600270	Soc. Anónima	90020	7.500.000,00	424.500,00	5,66	424.500,00	424.500,00	0,00	
PolisAlbufeira, SA	503420360	Soc. Anónima	74842	279.500,00	1.000,00	0,36	1.000,00	1.000,00	0,00	
	50577914	Soc. Anónima	74140	8.500.000,00	3.400.000,00	40	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	

ANEXO 1

Mapa das participações da entidade

B - Participações em entidades não societárias

Denominação	N. I.P.C.	Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
					Em N	Forma de realização	Meios monetários Em espécie	
APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária Ambiental	501062769	ACU	73100		100,00	100,00	-	Preenchido com os dados que o Município disponha à data atual, caso sejam rececionados novos dados os mesmos serão objeto de junção aos Docs. de Prestação de Contas do ano 2015.
AMNP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	1.957.846,00	4.756,00	4.756,00	-	
AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	502971096	CFG	84113	3.331.605,85	24.695,00	24.695,00	-	
Centro de Ciência Viva do Algarve	504556487	ASU	94995	221.125,70	1.000,00	1.000,00	-	
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	504941569	AM	91333		0,00	0,00	-	
Associação de Municípios Hispano Lusa Algarve Huelva (ANAS)	503861642	AM	91333		0,00	0,00	-	

Assinatura

Data

**Município
de
Albufeira**

**Documentos de
Prestação de
Contas
2015**

**Certificação
Legal de Contas**





JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

AP
X

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739
Bruno Daniel Barata Campino - ROC n.º 1726

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Unidade monetária: Euro)

Capital Social 5.000,00 Euros

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "Município de Albufeira", as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 213.215.822 euros e um total de fundos próprios positivo de 171.655.176 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 27.011.752 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 59.662.600 euros de despesa paga e um total de 99.806.716 euros de receita cobrada) para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

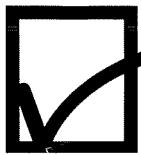
Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das suas operações, dos fluxos de caixa, e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo n.ºs 7 a 17, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

D



ACP
J

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Norma de Controlo Interno, em vigor desde 2002, carece de atualização significativa face aos procedimentos atuais adotados pelo Município de Albufeira. A não formalização dos atuais procedimentos de controlo interno inviabilizou, no trabalho de auditoria, a aplicação de testes aos referidos controlos.
8. O Município de Albufeira não tem implementada uma contabilidade de custos, tal como previsto no ponto 2.8.3.1. do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o que não permitiu, deste modo, aferir sobre a correta valorização dos trabalhos internos e o seu impacto no Resultado Líquido do Exercício.
9. A rubrica ativa de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a quantia de 2.493.890 relativa a um pedido de reembolso de IVA reportado ao exercício de 2012. Não obtivemos evidência suficiente que nos leve a crer que a entidade irá receber esta quantia por parte da Administração Tributária. Na resposta ao procedimento de circularização efetuado ao Advogado consta um processo judicial em que o Município de Albufeira reclama ao Estado apenas a quantia de 507.982 referente ao reembolso do IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado) de 2007.
10. As rubricas de Imobilizações em Curso apresentadas no ativo e distribuídas entre Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas e Imobilizações Corpóreas totalizam 29.673.338. Não obtivemos a decomposição das obras e realidades que sustentam todo o Imobilizado em Curso, bem assim como não dispusemos de evidência que permitisse determinar os casos relativos a projetos já concluídos e que estivessem já em exploração com a eventual necessidade de reconhecimento de depreciações e amortizações.
11. No passivo, em Proveitos Diferidos, incluem-se 13.109.334 de subsídios ao investimento. Por reflexo de ausência de evidências relativas à rubrica de Imobilizações em Curso, não nos foi possível validar se a quantia de subsídios ao investimento que permanece no passivo está ou não sobreavaliada, por contrapartida de resultados, por força de eventuais insuficiências de imputação a proveitos de subsídios referentes a imobilizados cujas depreciações possam estar por reconhecer.
12. Embora exista uma correspondência entre os elementos contabilísticos do Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Bens de Domínio Público que se encontram em uso e os respetivos dados do atual cadastro, decorre atualmente nos serviços um trabalho de levantamento e atualização cadastral, pelo que poderão existir divergências entre as Imobilizações reconhecidas e a realidade numa extensão que não estamos em condições de determinar.
13. Dos testes efetuados às rubricas de Fornecedores C/C, Fornecedores de Imobilizado C/C, Outros Credores e Fornecedores de Imobilizado C/C – Empreiteiros não nos foi possível confirmar a quantia de 888.507.
14. Detetámos discrepâncias significativas entre a quantia reconhecida relativa a Contribuintes C/C e Utentes C/C apresentada em Balanço por 13.019.416, em 31 de dezembro de 2015, e as que decorrem das aplicações internas relativas ao processamento da receita, que na



mesma data perfazem uma verba por cobrar de 7.056.572. Desta forma, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade destes saldos e dos possíveis impactos que eventuais regularizações teriam nas demonstrações financeiras do Município.

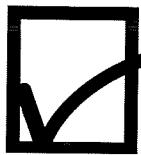
15. Dos procedimentos e testes aplicados à rubrica de Depósitos em Instituições Financeiras não nos foi possível efetuar a sua confirmação integral, quer por ausência de respostas de pedidos de confirmação externa, quer porque as reconciliações bancárias internas evidenciam movimentos em trânsito com uma expressão e antiguidade significativas não devidamente explicadas. Deste modo, não podemos assegurar que todos os recebimentos, pagamentos e outras operações relacionadas com esta rubrica tenham sido devidamente contabilizados, desconhecendo o impacto que eventuais omissões possam ter nas demonstrações financeiras.
16. A rubrica de Investimentos Financeiros, de 4.622.943, inclui participações financeiras que estão totalmente provisionadas nas entidades “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, “*Imortal de Albufeira Futebol S.A.D*” e “*Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A.*”, e que se encontram, respetivamente, em liquidação, inativa e em processo de insolvência. Relativamente à participada “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, embora exista um projeto de partilha de ativos e passivos, tal como divulgado na nota 8.2.28 do Anexo, não foi possível aferir em que medida não poderão ainda resultar para o Município de Albufeira outras responsabilidades para além das divulgadas.
17. Em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas de Contribuintes, C/c e Utentes, C/c, no montante total de 13.019.416, incluem aproximadamente 5.829.273 de saldos com antiguidade superior a 6 meses, e para os quais existe uma provisão de 5.754.105. Contudo, o Município não tem instituídos procedimentos de controlo que permitam aferir com exatidão o montante, que à data de relato, se encontrava prescrito de acordo com o “Regime Especial de Prescrição do Fornecimento de Água e Resíduos Sólidos”. Desta forma, não nos podemos pronunciar sobre a cobrabilidade da quantia líquida evidenciada no Balanço para as rubricas em apreço.

Opinião

18. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º 7 a 17 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **“Município de Albufeira”**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Relato sobre outros requisitos legais

19. É também nossa opinião que a informação constante do relatório do Órgão Executivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



[Handwritten signature]

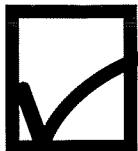
Ênfases

20. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- a) Na Certificação Legal das Contas de 2014 consta a seguinte reserva por limitação de âmbito: "As demonstrações financeiras do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2013 não foram auditadas, uma vez que não existia nomeado qualquer Revisor Oficial de Contas para os devidos efeitos. Tendo a nossa nomeação sido efetuada apenas no decorrer do mês de Março de 2015 não foi possível, em tempo útil, testar os saldos de abertura do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, razão pela qual não nos podemos pronunciar no que respeita aos saldos comparativos das demonstrações financeiras acima identificadas no parágrafo n.º1." As transações ocorridas durante o exercício de 2015, bem como as conclusões do presente trabalho de auditoria permitiram sanar a referida limitação de âmbito.
- b) Na Certificação Legal das Contas de 2014 consta a seguinte reserva por limitação de âmbito: "Em virtude da nossa nomeação ter ocorrido após 31 de Dezembro de 2014, não assistimos às contagens físicas de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nem foi viável a confirmação destes saldos mediante procedimentos de validação alternativos. Em consequência, não nos é possível concluir quanto ao saldo da rubrica de existências no valor global de 748.096,77 euros, nem quanto à razoabilidade do custo das mercadorias vendidas no montante de 5.464.493,30 euros." Mercê dos testes efetuados ao Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas fundamentalmente constituído pelas aquisições, depósito e venda de água, entendemos remover a reserva em causa.

Lisboa, em 30 de março de 2016

"João Cipriano & Associados, SROC, Lda"
(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)
Representada por
João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739
Bruno Daniel Barata Campino - ROC n.º 1726

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

PARECER SOBRE AS CONTAS

(Unidade monetária: Euro)

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação a Certificação Legal das Contas e o parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, e os respectivos Anexos referentes ao exercício de 2015 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Albufeira.

1. No âmbito das nossas funções:
 - Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo Municipal de Albufeira;
 - Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático, e verificamos a regularidade nos respectivos livros, registos contabilísticos e documentos;
 - Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e dos passivos pertencentes ou assumidos pelo Município de Albufeira, particularmente no que respeita à adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados e que constam expressos no Anexo às contas;
 - Desenvolvemos os procedimentos de revisão e auditoria às contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo Municipal e, cujo conteúdo consideramos como fazendo parte integrante do presente relatório;
 - Verificámos a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.
2. No âmbito do trabalho desenvolvido e da apreciação dos documentos de prestação de contas, constatámos que, tal como consta no Mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o Município de Albufeira apresenta compromissos assumidos não pagos no período em análise de 27.175.629 euros.
3. Emitimos ainda a Certificação Legal das Contas, com data de 24 de Março de 2016, a qual inclui onze reservas por limitação de âmbito e duas ênfases que se dão aqui por integralmente reproduzidas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

4. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015 e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação dos resultados líquidos apurados, positivos em 27.011.752,32 euros, no sentido de transferir para Reservas Legais o montante de 1.350.587,62 euros e manter em Resultados Transitados a quantia de 25.661.164,70 euros, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, atento ao conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida, pelo que, depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia Municipal de Albufeira.

Aveiro, em 30 de março de 2016

“João Cipriano & Associados, SROC, Lda”
(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)
Representada por
João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)